

## **Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua, desde julho de 1998, nas Regiões I e II do PGO - Plano Geral de Outorgas, exceto os Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e de longa distância nacional, bem como autorizada do STFC na Região III do PGO e nos Setores 03, 20, 22 e 25, nas modalidades local e longa distância nacional. A Companhia também presta serviços de longa distância internacional nas Regiões I, II e III do PGO, com base em autorização outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Oi ainda possui a autorização para a prestação do SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, e do SeAC - Serviço de Acesso Condicionado, em ambos os casos em todo território brasileiro, sendo esta em decorrência da incorporação da sua controlada Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), que ocorreu em 22 de fevereiro de 2022.

As autorizações para prestação de serviços de telefonia móvel detidas pela Oi Móvel foram objeto de renúncia previamente a essa incorporação.

No exterior, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente a sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos OIBR3 e OIBR4. Os ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão estão sendo negociados no mercado de balcão nos Estados Unidos sob os códigos de negociação “OIBZQ” e “OIBRQ”, respectivamente.

### **Autorização Societária**

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 9 de novembro de 2022, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração ocorrida no dia 9 de novembro de 2022.

### **Recuperação Judicial**

No âmbito do processo de recuperação judicial que corre perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial” e “Juízo da Recuperação Judicial”, respectivamente), após a aprovação dos credores da Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel (incorporada pela Companhia em fevereiro de 2022), Telemar (incorporada pela Companhia em maio de 2021), Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Telemar em janeiro de 2019), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (incorporada pela Companhia em março de 2019), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (todas em conjunto “Empresas Oi” ou “Recuperandas”), do termo de aditamento ao plano de recuperação judicial (“Aditamento ao PRJ), em assembleia geral realizada em 8 de setembro de 2020, tendo sido homologado pelo juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”), por meio de

decisão proferida em 5 de outubro de 2020 e publicada em 8 de outubro de 2020, destacamos os seguintes acontecimentos ocorridos ao longo do período de 2022:

Em 28 de março de 2022, em vista da proximidade do encerramento do período de supervisão e da singularidade da recuperação judicial das Recuperandas, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão determinando que fossem adotadas certas medidas preparatórias necessárias para orientar a conclusão ordenada do processo. A referida decisão, publicada em 30 de março de 2022, determinou, entre outros pontos, (i) que o Administrador Judicial apresentasse o Quadro Geral de Credores (“QGC”), em até 60 dias, no qual deveriam constar todos os incidentes de habilitação e impugnações de crédito sentenciados até 28 de março de 2022; e (ii) que as Recuperandas criassem procedimento administrativo para que os credores concursais retardatários que não tenham ingressado com a correta distribuição por dependência do seu pedido de habilitação ou impugnação, realizem habilitação administrativa (o “Formulário Digital para Credores”, o qual está disponível no [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br)). O Juízo da Recuperação Judicial também esclareceu que os incidentes que não tivessem sido decididos até a homologação do QGC e do encerramento da recuperação judicial deveriam prosseguir normalmente e, depois de decididos, serão inseridos na lista de credores pelas próprias Recuperandas.

Em 27 de junho de 2022, o Administrador Judicial apresentou ao Juízo da Recuperação Judicial o Relatório Circunstanciado previsto no art. 63, III, da Lei 11.101/2005, bem como o QGC, conforme artigo 10, §7º, da Lei nº 11.101/2005, os quais encontram-se disponíveis, para fins de consulta, no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br).

### **Aditamento ao PRJ**

Para maiores informações sobre os objetivos do Aditamento ao PRJ, bem como sobre a composição de cada UPI prevista no Aditamento ao PRJ e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive àquelas relativas à estrutura e ao preço mínimo, favor consultar o Aditamento ao PRJ disponibilizado, para fins de consulta, no endereço eletrônico [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br).

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no PRJ Original.

Não houve mudanças no período findo em 30 de setembro de 2022 em relação às informações relacionadas ao Aditamento ao PRJ divulgadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### **Alienação da UPI Ativos Móveis**

Em 13 de abril de 2022, a Companhia e as operadoras Telefônica Brasil S.A. (“Vivo”), TIM S.A. (“Tim”) e Claro S.A. (“Claro”) e, em conjunto com Vivo e Tim, “Compradoras”), signatárias do Contrato UPI Ativos Móveis, trocaram notificações confirmando o cumprimento ou dispensa temporária, conforme o caso, de todas as condições precedentes para a conclusão da Operação UPI Ativos Móveis (ora denominadas simplesmente “CPs”), bem como celebraram o Primeiro Aditivo ao Contrato UPI Ativos Móveis (“1º Aditivo”), por meio do qual acordaram em alterar determinados termos e condições do Contrato UPI Ativos Móveis, e agendaram seu fechamento para o dia 20 de abril de 2022.

Nessa mesma oportunidade, a Companhia informou que, em função da definição da data de fechamento da Operação UPI Ativos Móveis, deu início à Oferta Pública de Aquisição de até 100% das *Notes* Oi Móvel, condicionada à conclusão da Operação UPI Ativos Móveis, em cumprimento às obrigações dispostas na Cláusula 4.07 da Escritura de Emissão *Notes* Oi Móvel.

Em 20 de abril de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI Ativos Móveis, ocorreu o fechamento da Operação UPI Ativos Móveis.

O preço de fechamento ajustado da Operação UPI Ativos Móveis foi de R\$ 15.922.236, correspondendo ao preço base da Operação UPI Ativos Móveis de R\$ 15.744.000, acrescido de ajustes positivos de R\$ 178.236 (“Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis”), na forma do Contrato UPI Ativos Móveis, para refletir, entre outros, o montante da dívida líquida e do capital de giro de cada uma das UPIs Móveis transferidas às Compradoras, bem como a redução ou acréscimo, conforme o caso, de valores individualmente acordados entre a Companhia e as Compradoras.

Com o fechamento da Operação, as Compradoras realizaram, na referida data, o pagamento em dinheiro de um montante, em conjunto, de R\$ 14.474.760 (“Preço da Operação” - valor recebido no fechamento) equivalente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação menos o valor de R\$ 1.447.476 (“Valor Retido”), equivalente a 10% do Preço da Operação, retido pelas Compradoras por até 120 (cento e vinte) dias, na forma do Contrato, para possíveis compensações de valores que a Oi possa ter que vir a pagar às Compradoras em função de eventuais ajustes pós-fechamento e de outras obrigações de indenização previstas no Contrato. Como resultado da operação da alienação da UPI Ativos Móveis a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 7.809.757 no resultado de operações descontinuadas (Nota 27 (a)).

Adicionalmente ao Preço de Fechamento Ajustado da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia poderá fazer jus, ainda, a um valor contingente adicional líquido de até R\$ 294.608 a ser recebido em caso de atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências dos quais R\$ 64.608 líquidos já foram recebidos até a data da emissão das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2022. Mediante o fechamento, a totalidade das ações de emissão da (i) Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Cozani”) foi transferida para a Tim; (ii) Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Garliava”) foi transferida para a Vivo; e (iii) Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (“Jonava”) foi transferida para a Claro.

As Compradoras também pagaram, na mesma data, o preço de R\$ 586.000, referente aos serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviços de transição (“Contratos de Prestação de Serviços de Transição”), os quais já refletem o acordo entre a Companhia e as Compradoras para a retirada de determinados custos relacionados aos serviços de transição do escopo dos Contratos de Prestação de Serviços de Transição. O valor recebido foi reconhecido em Demais obrigações (Nota 22) e é apropriado ao resultado pelo prazo contratual.

Em 15 de agosto de 2022, em função da intensa troca de informações e documentos e da complexidade de sua análise, a Companhia e as compradoras acordaram prorrogar em 30 dias o prazo para o envio das notificações por parte das Compradoras relativas ao cálculo do Preço de Fechamento Ajustado da Operação.

Em 17 de setembro de 2022, a Companhia recebeu das Compradoras notificação contendo um demonstrativo de cálculo para um ajuste de preço a R\$ 3.186.922 negativo (valor este, superior ao total do Valor Retido).

A Companhia divulgou Fato Relevante em 19 de setembro de 2022 informando que discordava veementemente do ajuste de preço sustentado pelas Compradoras, por apresentar erros procedimentais e técnicos, havendo equívocos na metodologia, nos critérios, nas premissas e na abordagem adotados pelas Compradoras e seu assessor econômico KPMG Assessores Ltda. (“KPMG”). Além disso, a Companhia notificou as Compradoras apontando o não cumprimento dos termos e condições dos documentos da Operação UPI Ativos Móveis, uma vez que as Compradoras deixaram de apresentar documentos e informações obrigatórios para a notificação de Ajuste Pós-Fechamento, como expressamente exigidos nos documentos da Operação UPI Ativos Móveis.

Em razão disso, conforme previsto nos documentos da Operação UPI Ativos Móveis, a Companhia informou ao mercado que adotaria todas as medidas cabíveis em relação à Notificação de Ajuste Pós-Fechamento (e consequentemente à reparação de perda e danos eventualmente causados à Oi).

Adicionalmente, ainda em 17 de setembro de 2022, a Companhia informou que também recebeu das Compradoras, uma Notificação de Indenização, na qual as Compradoras alegam um Valor Global das Perdas Conhecidas para fins de Indenização de Revisão dos Inventários Móveis, no montante de R\$ 353.269, com o qual a Companhia discordou. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia contranotificou as Compradoras sua discordância integral quanto ao pedido de Indenização de Revisão dos Inventários Moveis, detalhando seus fundamentos e justificativas para tanto, sustentando não haver qualquer Valor Global das Perdas Conhecidas a ser retido, compensado ou pago.

#### **Dívidas liquidadas por conta do fechamento da Operação UPI Ativos Móveis**

Em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatória para o “*Bond*” sênior 2026, conforme previsto em sua “*indenture*”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos são o início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

#### **Celebração de “*Term Sheet*”: Transferência da Base DTH (“*Direct To Home*”) e Utilização da infraestrutura IPTV (“*Internet Protocol Television*”)**

O Aditamento ao PRJ previu a alienação de ativos, passivos e direitos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no seu Anexo 5.3.5, estabelecendo, ainda, a possibilidade de alienação dos referidos ativos de forma conjunta mediante constituição da UPI TVCo ou por outra modalidade prevista na Lei nº 11.101/2005, nos termos da Cláusula 5.1 do Aditamento ao PRJ.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia celebrou com a Sky Serviços de Banda Larga Ltda. (“Sky”) “*Term Sheet*” (“Instrumento”) para (i) permitir eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH, em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky (“Operação TVCo”).

De acordo com o Instrumento, e sujeito ao implemento das condições precedentes para o fechamento da Operação TVCo, as quais serão previstas nos Contratos Definitivos da Operação TVCo (“CPs TVCo”), a Sky se comprometeu a adquirir a Base DTH da Oi e a Oi concordou em transferir a Base DTH para a Sky, bem como concordou em prestar à Sky os serviços relacionados à Infraestrutura IPTV. Os termos e condições exatos da Operação TVCo estarão contidos nos contratos definitivos a serem discutidos entre a Oi e a Sky.

Em 1 de setembro de 2022, o Juízo da Recuperação Judicial autorizou a venda direta da Operação TVCo para a Sky, sem a formatação de UPI tal como originalmente proposta na Cláusula 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, livre de todo modo de quaisquer ônus e sem sucessão do adquirente nas obrigações das Empresas Oi, nos termos do art. 66, § 3º, e 142, V, da Lei nº 11.101/2005.

A efetiva conclusão da Operação TVCo está sujeita, ainda, à obtenção de aprovação do CADE, bem como ao cumprimento das CPs TVCo.

### **Instrumento de Repactuação e Transação Celebrado com a ANATEL**

Em 31 de maio de 2022, a Companhia celebrou com a ANATEL, um instrumento de repactuação e transação acerca de débitos não tributários, inscritos em dívida ativa da união até a data de celebração do instrumento, no valor de R\$ 20.237.715, nos termos da Lei nº 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020, incluindo multas, encargos e juros de mora aplicáveis.

O instrumento de repactuação e transação, que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, objeto do termo de transação assinado em 27 de novembro de 2020, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL, prevê desconto de 54,99% sobre o valor de cada um desses débitos, incluindo o valor do principal devido, de forma que o débito total a ser pago pela Companhia passa a ser de R\$ 9.109.202. Do referido valor será deduzido o montante quitado pela Companhia por meio dos depósitos judiciais já convertidos em renda e apropriados pela ANATEL, resultando no saldo devedor de R\$ 7.335.223, que deverá ser quitado em 126 parcelas não lineares, a primeira delas com vencimento no mês da assinatura do acordo e a segunda após o decurso o período de 6 meses de carência. Com isso, o vencimento da última parcela ocorrerá em abril de 2033, representando um alongamento significativo do prazo de pagamento estabelecido na transação anterior, que chegaria ao final em outubro de 2027. O valor a pagar a ANATEL está registrado em Fornecedores (Nota 18), descontado a valor presente a taxa de desconto de 17,07% a.a..

Mediante o pagamento das parcelas, a ANATEL conferirá a Companhia ampla, completa, geral, rasa e irrevogável quitação em relação aos débitos não tributários não pagos e/ou objeto das execuções fiscais, conforme listados no instrumento de repactuação e transação.

O referido instrumento representa o cumprimento de mais uma importante etapa do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, viabilizando o encerramento de um grande número de processos judiciais.

### **Alienação Parcial UPI InfraCo - Celebração de Acordo de Investimento e Outras Avenças**

Em 5 de maio de 2022, a ANATEL, em deliberação na 912ª Reunião do Conselho Diretor, concedeu anuência prévia à Operação UPI InfraCo, sujeita ao cumprimento de determinadas condicionantes comumente estabelecidas pela ANATEL.

Em 9 de junho de 2022, após o cumprimento (ou dispensa temporária) das CPs previstas no Contrato UPI InfraCo, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet” ou “Investidor”), com a interveniência da BrT Multimídia, BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, na qualidade de acionistas do Investidor (“Operação UPI InfraCo”).

O fechamento da Operação UPI InfraCo ocorreu após extensas negociações entre as partes sobre os termos e condições finais da Operação UPI InfraCo, que foram refletidas no termo de fechamento celebrado na mesma data (“Termo de Fechamento”). Neste Termo de Fechamento, as partes concordaram em ajustar o contrato de provimento de capacidade FTTH para refletir condições comerciais mais favoráveis à Oi no preço mensal por HC e no índice de reajuste aplicável, tornando, em contrapartida, os serviços mais competitivos.

O fechamento da Operação UPI InfraCo contemplou, na data de fechamento, a contribuição das seguintes parcelas:

- (i) Parcela Primária: em 9 de junho de 2022, houve a subscrição e integralização pelo Investidor de 1.031.715.633 ações ordinárias representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.776.100;
- (ii) Parcela Secundária: em 9 de junho de 2022, houve a aquisição pelo Investidor de 4.653.030.940 ações ordinárias detidas pela Oi representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante pagamento de um montante em dinheiro de R\$ 8.010.200, a ser pago pelo Investidor em até 3 parcelas, sendo R\$ 4.261.709, pagos naquela data e o restante a ser pago até 2023, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo. De acordo com o referido acordo, o pagamento da segunda parcela do componente secundário do preço de aquisição deverá ocorrer até 2 de dezembro de 2022 e o pagamento da terceira e última parcela do componente secundário do preço de aquisição deverá ocorrer no dia 17 de janeiro de 2023, sendo certo que o Investidor poderá, nos termos da Cláusula 17.7 do referido acordo, compensar as parcelas pendentes do componente secundário com quaisquer valores devidos pela Oi em contratos existentes com o Investidor na Data de Fechamento da Operação UPI InfraCo.

Desta forma, na data de fechamento, a Globenet passou a deter 51% das ações representativas do capital social total da BrT Multimídia, e a Oi, 49% das mesmas ações.

Numa segunda etapa, após o fechamento, foram realizadas ainda, as seguintes contribuições adicionais à BrT Multimídia pela Globenet, tal como previstas no Contrato UPI InfraCo:

- (iii) Parcela Primária Adicional – I: em 13 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 730.895.780 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 1.258.238;
- (iv) Incorporação do Investidor: em 30 de junho de 2022, houve incorporação da Globenet pela BrT Multimídia, com a emissão de 882.253.051 ações ordinárias pela BrT Multimídia, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante versão do acervo líquido da Globenet no valor de R\$ 2.878.527. Com a conclusão da incorporação, o investimento na BrT Multimídia passou a ser detido pelo BTG Pactual

Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e pela Companhia; e

- (v) Parcela Primária Adicional – II: em 6 de julho de 2022, houve subscrição e integralização pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 209.119.763 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 361.849. Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes desta Parcela Primária Adicional II.

Ainda, em 23 de junho de 2022, a Companhia recebeu o pagamento no valor correspondente a R\$ 2.736.188 referente ao crédito extraconcursal de acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ (Nota 26).

O Contrato UPI InfraCo e seus instrumentos correlatos contemplaram ainda a celebração entre a BrT Multimídia e a Oi e/ou suas afiliadas de contratos de provimento de capacidade e outros contratos operacionais, bem como de acordo de acionistas da BrT Multimídia, entre a Globenet e a Oi.

As partes, ainda no referido Termo de Fechamento, realizaram as verificações e cálculos necessários sobre cada um dos componentes financeiros e operacionais previstos no Contrato UPI InfraCo (tais como endividamento, capital de giro, número de HPs e HCs entregues, OPEX e CAPEX realizados, entre outros) para fins de determinação do ajuste de preço cabível, a ser aplicado através do exercício de bônus de subscrição pelo Investidor, na forma da Clausula 6 do Contrato. Como resultado destas negociações, as partes concordaram em efetuar ajustes de preços limitados a 7,38% do total de ações representativas do capital social total e votante da BrT Multimídia, a serem realizados em favor da participação da Globenet (“Ajuste de Participação”), tal como descritos a seguir.

Como resultado das referidas negociações, as partes concordaram que o Ajuste de Participação seja implementado da seguinte forma: (i) em até 30 dias, contados do fechamento, um ajuste de participação de 3,65% do capital social total e votante da BrT Multimídia; e (ii) em 31 de julho de 2023, um ajuste de participação de até 3,73% do capital social total e votante da BrT Multimídia, em função da aplicação e apuração das condições mais favoráveis para a Oi negociadas no contrato FTTH, como acima mencionado, durante este período, o que resultará, imediatamente após a consumação das etapas descritas acima, em uma participação da Globenet de até 65,27% na BrT Multimídia.

Até o momento, foram realizados os seguintes aportes adicionais, inclusive em função do Ajuste de Participação referido no item (i) do parágrafo imediatamente acima:

- (i) Aumento Adicional I: em 21 de junho de 2022, houve subscrição e integralização pela Globenet de 237.925.291 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 300.000. Neste mesmo ato, a Companhia renunciou expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes deste Aumento Adicional I, sem prejuízo do direito de recompor sua participação no capital social da BrT Multimídia, detida no momento imediatamente anterior à implementação deste Aumento Adicional I, mediante aumento do capital social



da BrT Multimídia pela Companhia (“Aumento de Capital – Recomposição Oi”), nos termos da Cláusula 2.3.9.7 do Termo de Fechamento; e

- (ii) Aumento Adicional II: em 6 e julho de 2022, houve exercício dos bônus de subscrição nº 1 e 7, Série B, realizado pelos acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real, com consequente emissão de 1.231.313.548 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 2,00.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia notificou os demais acionistas da BrT Multimídia sobre a intenção de recompor sua participação no capital social da BrT Multimídia, detida no momento imediatamente anterior à implementação do Aumento Adicional I. Assim, em 5 de agosto de 2022, houve subscrição e integralização pela Companhia de 126.619.269 ações ordinárias, representativas do capital social votante da BrT Multimídia, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$ 159.654 (o Aumento de Capital – Recomposição Oi indicado acima). Neste mesmo ato, os acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia renunciaram expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao seu direito de preferência na subscrição de ações de emissão da BrT Multimídia decorrentes do Aumento de Capital – Recomposição Oi.

Em decorrência da implementação das etapas ocorridas até 5 de agosto de 2022, naquela data a Oi passou a deter ações representativas de 38,37% do capital social votante e total da BrT Multimídia, permanecendo os Fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e FIP Economia Real com a participação restante no capital votante e total.

Foi detalhada também, no Termo de Fechamento, a manutenção de determinados ativos (equipamentos de transmissão ópticos, “*Optical Network Terminal*” – ONT) na Oi, em função da otimização do modelo operacional com a BrT Multimídia, com a eliminação de ajustes de participação futuros relativos a esses ativos anteriormente previstos no Contrato UPI InfraCo.

Como resultado da operação da alienação da UPI InfraCo a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 578.579 no resultado de operações descontinuadas, decorrente da venda parcial de sua participação societária na UPI Infraco, bem como reconheceu um ganho de R\$ 277.793, proveniente da remensuração a valor justo da parcela de investimento ainda mantida pela Companhia, na data da perda do controle, em junho de 2022, vide (Nota 27 (a)).

A Oi informa, ainda, que, com a conclusão da Operação UPI InfraCo, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais, da espécie com garantia real, para colocação privada, da 1ª emissão da BrT Multimídia (“Debêntures”), no valor total atualizado de R\$ 3.526.285, cujo pagamento foi efetuado com recursos provenientes da Parcela Secundária, que foram aportados pela Oi na BrT Multimídia, e utilizados para a recompra das ações preferenciais da BrT Multimídia que passaram a ser detidas pelos Debenturistas após a conversão das debêntures em ações da BrT Multimídia, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

## **Recebimento de Proposta Vinculante para sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa**

Em 29 de julho de 2022, a Companhia recebeu proposta vinculante da NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK 108”), afiliada da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição de 8.000 “sites” de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, especificados na referida proposta, acompanhados de todos seus ativos, contratos, direitos, obrigações, licenças e demais equipamentos necessários para a sua operação (“Itens de Infraestrutura”), na forma da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de uma sociedade anônima de propósito específico (“SPE Torres 2”) para cujo capital social a Companhia contribuirá os Itens de Infraestrutura (“Proposta Vinculante”).

De acordo com a Proposta Vinculante, observadas determinadas condições, a NK 108 comprometeu-se, a celebrar os documentos que estipularão os termos e condições definitivos quanto à aquisição dos Itens de Infraestrutura (incluindo um contrato de compartilhamento por meio do qual a Companhia se comprometerá a locar espaço nos Itens de Infraestrutura) e a adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da SPE Torres 2 pelo valor de até R\$ 1.697.000, variável e ajustável nos termos estipulados na Proposta Vinculante, dos quais R\$ 1.088.000 a serem recebidos na data de fechamento da operação e até R\$ 609.000 a serem recebidos até 2026, a depender da quantidade futura de Itens de Infraestrutura a serem utilizados.

A Proposta Vinculante prevê que a conclusão da operação está condicionada, entre outras condições precedentes usuais a este tipo de transação, às aprovações regulatórias aplicáveis, incluindo ANATEL e CADE. Os respectivos ativos sujeitos a esta transação foram classificados como ativos mantidos para venda no valor total de R\$ 190 milhões e estão registrados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas com vendas, conforme divulgado na Nota 27 (b).

Em 22 de agosto de 2022, realizou-se no Juízo da Recuperação Judicial a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da SPE Torres 2, quando não foram apresentadas outras que não a Proposta Vinculante da NK 108. Assim, a NK 108 foi declarada vencedora do procedimento competitivo de alienação da SPE Torres 2, após manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

## **Incorporação da Oi Móvel pela Companhia, nos termos do PRJ**

Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Oi, na qual foi aprovada a operação de incorporação da Oi Móvel pela Companhia, condicionada (i) concessão pela ANATEL de anuência prévia para a operação e a publicação pela ANATEL, no Diário Oficial da União, do ato de transferência, para a Oi, da outorga do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) detida pela Oi Móvel e consolidação da outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com aquela já detida pela Oi; e (ii) obtenção da autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória em Série única, para Colocação Privada, da Oi Móvel.

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL, em deliberação na 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor concedeu anuência prévia para a operação societária de incorporação da Oi Móvel pela Companhia, com a transferência das outorgas detidas pela Oi Móvel para a Companhia para a prestação do SeAC e do SCM, após o cumprimento de determinadas condicionantes. Tal anuência estava sujeita, ainda, à renúncia da outorga do Serviço Móvel Pessoal (SMP), pela Oi Móvel.

Em 18 de fevereiro 2022, foi obtida a autorização do Debenturista da 2ª Emissão de Debêntures Simples.

Em 22 de fevereiro de 2022, foi publicado pela ANATEL o Ato nº 2802/2022, pelo qual foi transferida para a Oi a outorga de exploração de SeAC detida pela Oi Móvel, e autorizada a consolidação da outorga de SCM da Oi Móvel com aquela já detida pela Oi.

Em 22 de fevereiro de 2022, foram integralmente verificadas as condições para a incorporação da Oi Móvel pela Companhia, que foi implementada e tornou-se efetiva na mesma data.

Com a referida Incorporação, o acervo líquido da Oi Móvel, avaliado em R\$ 1.073.719, conforme laudo de avaliação de seu patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2021, foi incorporado ao patrimônio da Companhia. No entanto, por tratar-se de incorporação de companhia cujas ações são integralmente detidas pela Oi, a referida Incorporação não resultou em aumento do patrimônio líquido da Oi, tendo em vista que a Oi já possuía o registro consolidado da Oi Móvel nas suas demonstrações financeiras consolidadas, por equivalência patrimonial, de modo que a Companhia não teve seu capital social alterado em decorrência da Incorporação Oi Móvel.

As mutações patrimoniais ocorridas na Oi Móvel no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação do acervo líquido cindido e a data da aprovação da operação foram apropriadas pela Oi Móvel, exceto a equivalência patrimonial do mencionado período, que foi apropriada pela Companhia, conforme Protocolo e Justificação.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos da Oi Móvel em 22 de fevereiro de 2022 decorrentes da incorporação, estão resumidos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa	1.229.055
Aplicações financeiras	10.086
Contas a receber	2.603.897
Estoques	27.007
Tributos a recuperar	659.633
Dividendos e juros sobre capital próprio	802.916
Depósitos e bloqueios judiciais	287.596
Despesas antecipadas	757.734
Investimentos	7.578.476
Imobilizado	2.411.716
Intangível	481.121
Empréstimos e financiamentos	(9.252.113)
Fornecedores	(3.075.758)
Tributos a recolher	(1.622.956)
Arrendamentos a pagar	(239.481)
Provisões	(1.061.165)
Outros ativos e passivos	(2.796.056)
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>(1.198.292)</b>

A incorporação da Oi Móvel na controladora não afeta as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

### **Íntegra do Aditamento ao PRJ**

A íntegra do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seus “websites” ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) ou <http://www.recjud.com.br/>), no Sistema

Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), além do “website” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **Continuidade das operações**

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requerimentos, termos e condições previstos no Aditamento ao PRJ, bem como dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial previstos na Lei nº 11.101/2005. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi, sendo que tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Aditamento ao PRJ e depende, em última análise, do êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas no processo de recuperação judicial e da implementação do Plano Estratégico da Companhia.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Ressaltamos que, eventos recentes e relevantes previstos no Aditamento ao PRJ foram concretizados até a data de divulgação dessas Informações Trimestrais, como as alienações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, dentre outros eventos, descritos anteriormente nesta mesma nota.

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

### **Declaração de conformidade**

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o IAS 34 *Interim Financial Reporting* (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias) dos padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

#### **(a) Base de elaboração**

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 setembro de 2022 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2021, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2021, conforme item (b) desta nota explicativa.

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil é o Real (“R\$”), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação (“moeda funcional”). A Companhia possui controladas que atuam em ambiente econômico internacional, principalmente na Europa e Ásia, cuja a moeda funcional é o Euro e Dólar Norte Americano, respectivamente.

Essas Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado abrangente.

Quando uma operação no exterior é total ou parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas no resultado do exercício.

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações no exterior foram:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
Euro	5,2904	6,3210	5,4629	6,3768
Dólar Norte Americano	5,4066	5,5805	5,2370	5,3317

### **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos contábeis críticos que possuem maior risco de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas esperadas em contas a receber de clientes; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Arrendamentos; (vi) Valor justo de passivos financeiros; (vii) Provisões; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados e (x) Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

## Reapresentações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou alguns ajustes e reclassificações no período comparativo, decorrente: (i) da alteração no plano de venda da UPI TVCo que deixou de ser classificada como ativos mantidos para venda e passivos associados a mantidos para venda no balanço patrimonial e operação descontinuada na demonstração do resultado e, conforme determinado pelo CPC 31/IFRS 5, a entidade deve efetuar a reclassificação incluindo tais operações no resultado das operações continuadas em todos os períodos apresentados inclusive os montantes relativos aos períodos anteriores. Mediante alteração do plano de venda, a Companhia manteve alguns ativos classificados como mantidos para venda (vide Nota 27 (b)) e (ii) de ajustes e reclassificações entre os perímetros de operações continuadas e descontinuas na demonstração do resultado, substancialmente proveniente da UPI InfraCo, (iii) de reclassificações entre contas do resultado financeiro e (iv) a demonstração dos fluxos de caixa, para melhor comparabilidade, compreensão dessas transações e saldos nas Informações Trimestrais. Abaixo destacamos os respectivos ajustes e reclassificações:

### Demonstração de resultados

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/09/2021			30/09/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>4.724.165</b>		<b>4.724.165</b>	<b>6.716.892</b>	<b>1.182.245</b>	<b>7.899.137</b>
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(4.007.722)		(4.007.722)	(5.237.532)	(1.233.057)	(6.470.589)
<b>Lucro bruto</b>	<b>716.443</b>		<b>716.443</b>	<b>1.479.360</b>	<b>(50.812)</b>	<b>1.428.548</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Resultado de equivalência patrimonial	(3.938.627)	(381.141)	(4.319.768)	398		398
Despesas com vendas	(719.649)	(20.112)	(739.761)	(1.639.990)	(192.076)	(1.832.066)
Despesas gerais e administrativas	(810.952)		(810.952)	(1.645.685)		(1.645.685)
Outras receitas operacionais	789.542		789.542	2.160.537	199	2.160.736
Outras despesas operacionais	(193.992)		(193.992)	(1.107.659)	231	(1.107.428)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(4.157.235)</b>	<b>(401.253)</b>	<b>(4.558.488)</b>	<b>(753.039)</b>	<b>(242.458)</b>	<b>(995.497)</b>
Receitas financeiras	1.127.815	(401.844)	725.971	170.517	(38.379)	132.138
Despesas financeiras	(4.217.875)	421.956	(3.795.919)	(6.656.729)	(100.304)	(6.757.033)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.090.060)</b>	<b>20.112</b>	<b>(3.069.948)</b>	<b>(6.486.212)</b>	<b>(138.683)</b>	<b>(6.624.895)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(7.247.295)</b>	<b>(381.141)</b>	<b>(7.628.436)</b>	<b>(7.239.251)</b>	<b>(381.141)</b>	<b>(7.620.392)</b>
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente				(10.672)		(10.672)
Diferido						
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>(7.247.295)</b>	<b>(381.141)</b>	<b>(7.628.436)</b>	<b>(7.249.923)</b>	<b>(381.141)</b>	<b>(7.631.064)</b>
<b>Operações descontinuas</b>						
Resultado líquido de operações descontinuas (líquidos de impostos)	536.096	244.844	780.940	536.096	244.844	780.940
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(6.711.199)</b>	<b>(136.297)</b>	<b>(6.847.496)</b>	<b>(6.713.827)</b>	<b>(136.297)</b>	<b>(6.850.124)</b>

## Demonstração do resultado abrangente

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/09/2021			30/09/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(6.711.199)</b>	<b>(136.297)</b>	<b>(6.847.496)</b>	<b>(6.713.827)</b>	<b>(136.297)</b>	<b>(6.850.124)</b>
Resultado na contabilidade de “hedge”	8.148		8.148	8.148		8.148
Ganho (Perda) atuarial	95		95	95		95
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	(2.809)		(2.809)	(1.292)		(1.292)
<b>Resultado abrangente de operações continuadas</b>	<b>5.434</b>		<b>5.434</b>	<b>6.951</b>		<b>6.951</b>
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(6.705.765)</b>	<b>(136.297)</b>	<b>(6.842.062)</b>	<b>(6.706.876)</b>	<b>(136.297)</b>	<b>(6.843.173)</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/09/2021			30/09/2021		
	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual	Anteriormente apresentado	Ajustes e reclassificações	Apresentação atual
Prejuízo antes das tributações	(7.247.295)	(381.141)	(7.628.436)	(7.239.251)	(381.141)	(7.620.392)
Encargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	1.914.475		1.914.475	4.812.834	138.683	4.951.517
Depreciação e amortização	1.900.608		1.900.608	2.979.009	206.511	3.185.520
Equivalência patrimonial	3.938.627	381.141	4.319.768	(398)		(398)
Outros	362.516		362.516	(2.108.088)	35.947	(2.072.141)
Outras atividades operacionais	(978.895)		(978.895)	(1.441.735)		(1.441.735)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações continuadas	<b>(109.964)</b>		<b>(109.964)</b>	<b>(2.997.629)</b>		<b>(2.997.629)</b>
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais – Operações descontinuadas				1.365.812		1.365.812
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(109.964)</b>		<b>(109.964)</b>	<b>(1.631.817)</b>		<b>(1.631.817)</b>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos – Operações continuadas	(1.484.374)		(1.484.374)	(1.089.072)		(1.089.072)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos - Operações descontinuadas				(2.487.209)		(2.487.209)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.484.374)</b>		<b>(1.484.374)</b>	<b>(3.576.281)</b>		<b>(3.576.281)</b>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos – Operações continuadas	430.304		430.304	2.373.381		2.373.381
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos - Operações descontinuadas				1.790.498		1.790.498
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>430.304</b>		<b>430.304</b>	<b>4.163.879</b>		<b>4.163.879</b>
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(3.346)		(3.346)	(43.538)		(43.538)
<b>Fluxo de caixa do período</b>	<b>(1.167.380)</b>		<b>(1.167.380)</b>	<b>(1.087.757)</b>		<b>(1.087.757)</b>

**(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas**

Novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2022:

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 37	Contrato oneroso - Classificação dos custos relacionados ao cumprimento de contrato oneroso.	1 de janeiro de 2022
IAS 16	Imobilizado - Classificação de itens antes do imobilizado estar em condições de operação	1 de janeiro de 2022
IFRS 3	Estrutura conceitual	1 de janeiro de 2022
Aprimoramento de normas	IFRS 1 - Aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9 - Critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16 - Exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41 - Aspectos de mensuração a valor justo	1 de janeiro de 2022
IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1 de janeiro de 2023
IFRS 4	Contrato de seguros - Isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras	1 de janeiro de 2023
IFRS 17	Nova norma para Contratos de Seguros em substituição do IFRS 4	1 de janeiro de 2023

A Companhia não espera ter impacto relevante nas Informações Trimestrais em razão dessas alterações nas normas contábeis.



### 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2022			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Contas bancárias	Valor justo	274.753	274.753	618.387	618.387
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.656.923	2.656.923	2.760.350	2.760.350
Aplicações financeiras	Valor justo	211.095	211.095	211.095	211.095
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	26.619	26.619	26.619	26.619
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	9.843.327	9.843.327		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	5.276.704	5.276.704	4.672.527	4.672.527
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	6.437	6.437	251	251
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	30.163	30.163	30.163	30.163
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	8.964.453	8.964.453	8.368.759	8.368.759
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	7.249.930	7.249.930	8.100.468	8.100.468
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.000.665	3.000.665		
Debêntures públicas	Custo amortizado	5.214.322	5.214.322	5.214.322	5.214.322
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.630.467	2.948.422	8.630.467	2.948.422
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	3.899	3.899	3.899	3.899
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.588	5.588	5.588	5.588
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	3.048.188	3.048.188	3.080.688	3.080.688

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2021			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Contas bancárias	Valor justo	197.605	197.605	697.123	697.123
Equivalentes de caixa	Valor justo	571.977	571.977	2.220.128	2.220.128
Aplicações financeiras	Valor justo	187.919	187.919	197.989	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	7.175	7.175	7.175	7.175
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.826.732	11.826.732		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	3.350.284	3.350.284	4.264.954	4.264.954
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	22.866	22.866	25	25
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo	42.793	42.793	42.793	42.793
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	6.232.005	6.232.005	7.808.413	7.808.413
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	9.845.135	9.845.135	12.169.843	12.169.843
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.083.239	2.083.239		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.514.282	4.514.282	4.514.282	4.514.282
Debêntures privadas	Custo amortizado			2.179.950	2.179.950
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.990.566	8.901.059	14.119.043	14.403.514
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	13.830	13.830	13.830	13.830
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	825.334	825.334	5.762	5.762
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	2.602.716	2.602.716	3.008.174	3.008.174

Para o fechamento do período findo em 30 de setembro de 2022:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos a recuperação judicial, foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil. Cabe ressaltar que, no dia 20 de abril de 2022, como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis a Companhia pré-pagou as dívidas com o BNDES, a debênture 2ª Emissão da Oi Móvel, bem como concluiu a oferta de recompra para o “Bond” 2026 com 98,71% de adesão dos “bondholders”. Somado a isso,

no dia 8 de junho de 2022, após a conclusão da venda da UPI InfraCo, a Companhia pré-pagou a debênture 1ª emissão da BrT Multimídia.

(iii) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos/passivos financeiros do caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>					
Contas bancárias	Nível 1	274.753	197.605	618.387	697.123
Equivalentes de caixa	Nível 1	2.656.923	571.977	2.760.350	2.220.128
Aplicações financeiras	Nível 1	211.095	187.919	211.095	197.989
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	26.619	7.175	26.619	7.175
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	3.899	13.830	3.899	13.830

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

#### (a) Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

#### (b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2022, tais instrumentos incluem contratos de “Non Deliverable Forward (NDF)”.

Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período.

### **3.2. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas em cada ano fiscal. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Governança, Riscos e Conformidade, Diretor de Tesouraria, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um Diretor ex-Finanças.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros, se aplicável.

#### **3.2.1. Risco de mercado**

##### **(a) Risco de taxa de câmbio**

###### **Ativos financeiros**

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2022, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

###### **Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 69,1% (31/12/2021 – 62,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para os juros do “Bond” Qualificado vencidos em fevereiro e agosto de 2022 e a vencer em fevereiro de 2023, bem como para a parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até novembro do ano vigente.

Até abril deste ano, a Companhia contratava derivativos para a proteção do pagamento dos juros do “Bond” 2026 vencidos em janeiro de 2022, além dos valores objeto da oferta de recompra destas notas. Para esta oferta, a proteção da exposição cambial vinha sendo realizada via “hedge” natural, NDFs e através de uma operação de “hedge contingent”. Nesta operação, a Companhia fixou o câmbio de uma parcela da oferta mandatória, mas que só se tornaria efetiva na concretização da venda da UPI Ativos Móveis. Com isso, o total de “hedge” para o “tender offer” do “Bond” 2026 chegou a 60% do valor total. Em função da conclusão da oferta o “hedge contingent” foi liquidado e os NDFs atrelados a esta operação não foram rolados desde então.

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 39,7%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas bancárias	104.864	104.864	132.046	132.046
Créditos com partes relacionadas	9.755.695	9.755.695	9.243.796	9.243.796
Instrumentos financeiros derivativos	26.619	26.619	7.175	7.175
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	17.320.743	17.320.743	16.450.279	16.450.279
Instrumentos financeiros derivativos	3.899	3.899	13.830	13.830

	CONSOLIDADO			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas bancárias	455.085	455.085	546.036	546.036
Equivalentes de caixa	1	1	687.279	687.279
Instrumentos financeiros derivativos	26.619	26.619	7.175	7.175
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	15.170.614	15.170.614	20.350.832	20.350.832
Instrumentos financeiros derivativos	3.899	3.899	13.830	13.830

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	2.798	< 1 ano	825	(218)	825	(218)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	83.888	< 1 ano	21.895	(6.437)	21.895	(6.437)

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

#### Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 30 de setembro de 2022, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	(275)	31.438	(275)	31.438
Operações de termo em moedas – resultado operacional	345	(3.850)	345	(3.850)
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>27.588</b>	<b>70</b>	<b>27.588</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	(116.170)	7.766	(116.170)	7.766
Operações de termo em moedas – resultado operacional	(2.897)	(5.769)	(2.897)	(5.769)
<b>Total</b>	<b>(119.067)</b>	<b>1.997</b>	<b>(119.067)</b>	<b>1.997</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	(218)	(218)
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado	1.043	1.043
Saldo em 30/09/2022	825	825

### Análise de sensibilidade de risco cambial

De acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2022, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

No cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de setembro de 2022. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/09/2022	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	5,4066	0%
Euro	5,2904	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	6,7583	25%
Euro	6,6130	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	8,1099	50%
Euro	7,9356	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira com terceiros, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		30/09/2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>	<i>Cenário Provável</i>	<i>Cenário Possível</i>	<i>Cenário Remoto</i>
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	20.401.371	25.501.713	30.602.056	21.241.120	26.551.400	31.861.680
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(21.549)	(132.054)	(242.559)	(21.549)	(132.054)	(242.559)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(56.863)	(71.078)	(85.294)	(156.187)	(195.234)	(234.281)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	216.307	270.384	324.461	3.162.966	3.953.707	4.744.449
Caixa em Euro	Queda do Euro	(47.838)	(59.798)	(71.757)	(281.662)	(352.078)	(422.493)
Ajuste a Valor Justo	Queda do Dólar/Euro	(6.287.996)	(7.859.995)	(9.431.993)	(9.223.866)	(11.529.833)	(13.835.799)
<b>Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio</b>		<b>14.203.432</b>	<b>17.649.172</b>	<b>21.094.914</b>	<b>14.720.822</b>	<b>18.295.908</b>	<b>21.870.997</b>
<b>Total (ganho) perda</b>			<b>3.445.740</b>	<b>6.891.482</b>		<b>3.575.086</b>	<b>7.150.175</b>

## (b) Risco de taxa de juros

### Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. A maior parte da carteira dos fundos exclusivos é composta de Operações Compromissadas com remuneração atrelada à taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

### Passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base no CDI e na Taxa Referencial, para as dívidas expressas em Reais. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2022, aproximadamente 30,8% (31/12/2021 – 31,6%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.656.923	2.656.923	571.977	571.977
Aplicações financeiras	211.095	211.095	187.919	187.919
Créditos com partes relacionadas	87.632	87.632	2.582.937	2.582.937
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	6.748.700	6.748.700	8.976.796	8.976.796

	CONSOLIDADO			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	2.760.349	2.760.349	1.532.849	1.532.849
Aplicações financeiras	211.095	211.095	197.989	197.989
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	6.748.700	6.748.700	12.605.425	12.605.425

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI. O risco está associado à elevação desta taxa. Cabe ressaltar que, com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis no dia 20 de abril de 2022, as dívidas indexadas à TJLP foram integralmente pré-pagas, não representando, portanto, risco de taxa de juros para a Companhia



a partir desta data. Quanto ao CDI, este indexador vem apresentando sucessivas altas desde março de 2021, após um longo período de estabilidade em 1,90% a.a. Depois de sete aumentos sucessivos, o CDI encerrou o ano de 2021 em 9,15% a.a. Posteriormente, de janeiro a março de 2022, a taxa foi elevada para 11,65% a.a., em maio, o CDI encontrava-se em 12,65% a.a. e em junho a taxa elevou-se mais uma vez, para 13,15% a.a. Em agosto, o CDI elevou-se para 13,65% a.a. e, assim permaneceu até o encerramento deste trimestre.

De acordo com o CPC40 (R1) / IFRS 7, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2022, a Administração estimou cenários de variação na taxa CDI Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/09/2022		
Cenários de taxas de juros		
Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	CDI	CDI
13,65%	17,06%	20,48%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos de dívidas com terceiros em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		30/09/2022					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	8.633.286	10.740.383	12.827.415	8.633.286	10.740.383	12.827.415
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		8.633.286	10.740.383	12.827.415	8.633.286	10.740.383	12.827.415
Total (ganho) perda			2.107.097	4.194.129		2.107.097	4.194.129

### 3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. As perdas esperadas em contas a receber de clientes estão adequadamente protegidas por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de setembro de 2022, aproximadamente 88,95% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

### 3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Após a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e UPI InfraCO, a Administração utiliza seus recursos, principalmente, com foco na Fibra e em soluções digitais, priorizando a qualidade da base entrante, aliada a um volume saudável de crescimento visando a rentabilidade do produto.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis com pré-pagamento das seguintes dívidas: (i) BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões; Debentures e 2ª emissão no valor de R\$ 2.356 milhões e “Bond” sênior 2026 com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões). Tais pré-pagamentos dão início da redução da alavancagem da Companhia, em linha com o que consta no Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, transformando sua estrutura de capital e perseguindo a sustentabilidade financeira da Nova Oi.

Somado a isso, em 9 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo para a Globenet, com a interveniência da BrT Multimídia, BTG Pactual e outros fundos na qualidade de investidores. Com a conclusão da operação, ocorreu na mesma data a quitação integral de todos os compromissos das debêntures conversíveis em ações preferenciais para colocação privada, da 1ª emissão da BrT Multimídia, no valor total atualizado de R\$ 3.526 milhões, em linha com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures.

### Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x

Índice de cobertura de juros (\*)..... maior que 1,75

(\*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

#### 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>3.370.076</b>	<b>2.586.506</b>	<b>3.621.843</b>	<b>3.727.834</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(818.852)</b>	<b>(501.327)</b>	<b>(851.786)</b>	<b>(1.092.815)</b>
Tributos	(492.631)	(494.885)	(516.191)	(740.517)
Outras deduções	(326.221)	(6.442)	(335.595)	(352.298)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.551.224</b>	<b>2.085.179</b>	<b>2.770.057</b>	<b>2.635.019</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>9.939.642</b>	<b>5.856.893</b>	<b>10.730.184</b>	<b>11.154.769</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(2.624.911)</b>	<b>(1.132.728)</b>	<b>(2.893.664)</b>	<b>(3.255.632)</b>
Tributos	(1.733.252)	(1.118.936)	(1.857.421)	(2.201.395)
Outras deduções	(891.659)	(13.792)	(1.036.243)	(1.054.237)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>7.314.731</b>	<b>4.724.165</b>	<b>7.836.520</b>	<b>7.899.137</b>

## 5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.551.224</b>	<b>2.085.179</b>	<b>2.770.057</b>	<b>2.635.019</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(36.723)	(48.847)	(37.102)	(36.611)
Pessoal	(221.038)	(207.228)	(537.856)	(459.568)
Serviços de terceiros	(1.016.768)	(544.831)	(938.789)	(1.011.570)
Serviço de manutenção da rede	(229.476)	(335.100)	(127.048)	(107.895)
Custo de aparelhos e outros			(2.978)	(2.821)
Publicidade e propaganda	(69.870)	(19.688)	(70.016)	(81.340)
Aluguéis e seguros	(877.657)	(353.583)	(912.016)	(310.844)
(Provisões) / Reversões	(30.611)	38.701	(56.274)	(33.069)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	37.256	(12.652)	27.713	(33.809)
Tributos e outras receitas (despesas)	(524.157)	(2.640.634)	51.472	(27.652)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(40.158)	(53.200)	(57.953)	(62.408)
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(3.009.202)</b>	<b>(4.177.062)</b>	<b>(2.660.847)</b>	<b>(2.167.587)</b>
Depreciação e amortização	(1.043.275)	(789.425)	(1.101.630)	(1.155.980)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(4.052.477)</b>	<b>(4.966.487)</b>	<b>(3.762.477)</b>	<b>(3.323.567)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(1.501.253)</b>	<b>(2.881.308)</b>	<b>(992.420)</b>	<b>(688.548)</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	681.150	114.651	455.993	(107.676)
Despesas financeiras	(2.185.856)	(2.310.129)	(2.466.778)	(4.278.166)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(1.504.706)</b>	<b>(2.195.478)</b>	<b>(2.010.785)</b>	<b>(4.385.842)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(3.005.959)</b>	<b>(5.076.786)</b>	<b>(3.003.205)</b>	<b>(5.074.390)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(58.209)		(59.682)	(1.266)
<b>Prejuízo do período das operações continuadas</b>	<b>(3.064.168)</b>	<b>(5.076.786)</b>	<b>(3.062.887)</b>	<b>(5.075.656)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	430	218.897	430	218.897
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(3.063.738)</b>	<b>(4.857.889)</b>	<b>(3.062.457)</b>	<b>(4.856.759)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(3.063.738)	(4.857.889)	(3.063.738)	(4.857.889)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores			1.281	1.130
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(2.687.833)	(1.742.216)	(3.008.912)	(2.209.373)
Despesas com vendas	(513.286)	(334.947)	(424.033)	(588.247)
Despesas gerais e administrativas	(300.355)	(321.115)	(343.459)	(526.317)
Outras receitas operacionais	286.248	378.539	299.077	336.071
Outras despesas operacionais	(101.257)	(31.400)	(214.848)	(334.934)
Resultado de equivalência patrimonial	(735.994)	(2.915.348)	(70.302)	(767)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(4.052.477)</b>	<b>(4.966.487)</b>	<b>(3.762.477)</b>	<b>(3.323.567)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>7.314.731</b>	<b>4.724.165</b>	<b>7.836.520</b>	<b>7.899.137</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(127.365)	(106.477)	(111.862)	(109.955)
Pessoal	(635.114)	(519.018)	(1.390.117)	(1.374.524)
Serviços de terceiros	(2.876.184)	(1.234.470)	(2.718.924)	(3.121.363)
Serviço de manutenção da rede	(655.423)	(729.427)	(332.412)	(345.247)
Custo de aparelhos e outros			(18.189)	(5.928)
Publicidade e propaganda	(200.453)	(39.215)	(212.826)	(296.688)
Aluguéis e seguros	(2.479.828)	(839.718)	(1.690.318)	(1.067.961)
(Provisões) / Reversões	25.617	62.923	(50.831)	(111.999)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(55.678)	(14.992)	(65.867)	(113.589)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	342.592	(4.014.462)	157.778	(70.634)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	(229.389)	52.811	(255.433)	908.774
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(6.891.225)</b>	<b>(7.382.045)</b>	<b>(6.689.001)</b>	<b>(5.709.114)</b>
Depreciação e amortização	(2.868.143)	(1.900.608)	(3.120.705)	(3.185.520)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(9.759.368)</b>	<b>(9.282.653)</b>	<b>(9.809.706)</b>	<b>(8.894.634)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(2.444.637)</b>	<b>(4.558.488)</b>	<b>(1.973.186)</b>	<b>(995.497)</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	3.189.331	725.971	2.573.250	132.138
Despesas financeiras	(5.451.144)	(3.795.919)	(5.300.660)	(6.757.033)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(2.261.813)</b>	<b>(3.069.948)</b>	<b>(2.727.410)</b>	<b>(6.624.895)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(4.706.450)</b>	<b>(7.628.436)</b>	<b>(4.700.596)</b>	<b>(7.620.392)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(4.668.580)		(4.671.012)	(10.672)
<b>Prejuízo do período das operações continuadas</b>	<b>(9.375.030)</b>	<b>(7.628.436)</b>	<b>(9.371.608)</b>	<b>(7.631.064)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	7.772.439	780.940	7.772.439	780.940
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.602.591)</b>	<b>(6.847.496)</b>	<b>(1.599.169)</b>	<b>(6.850.124)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(1.602.591)	(6.847.496)	(1.602.591)	(6.847.496)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			3.422	(2.628)
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.630.929)	(4.007.722)	(7.219.847)	(6.470.589)
Despesas com vendas	(1.517.643)	(739.761)	(1.503.094)	(1.832.066)
Despesas gerais e administrativas	(1.055.232)	(810.952)	(1.331.440)	(1.645.685)
Outras receitas operacionais	894.294	789.542	907.513	2.160.736
Outras despesas operacionais	(278.180)	(193.992)	(654.431)	(1.107.428)
Resultado de equivalência patrimonial	(171.678)	(4.319.768)	(8.407)	398
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(9.759.368)</b>	<b>(9.282.653)</b>	<b>(9.809.706)</b>	<b>(8.894.634)</b>

- (i) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (ii) Em 2021, no consolidado, é representado principalmente por ganho na alienação da UPI Torres no montante de R\$ 986.196.

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	308.339	(149.739)	314.844	(136.463)
Rendimentos de aplicações financeiras	112.039	9.116	115.126	22.897
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	235.162	207.223		
Outras receitas	25.610	48.051	26.023	5.890
<b>Total</b>	<b>681.150</b>	<b>114.651</b>	<b>455.993</b>	<b>(107.676)</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(227.355)	(226.515)	(264.776)	(270.059)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(156.964)	(125.767)		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(379.871)	(412.640)	(379.381)	(555.554)
Juros sobre debêntures	(207.097)	(71.737)	(207.097)	(183.138)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas		(16)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(971.287)</b>	<b>(836.675)</b>	<b>(851.254)</b>	<b>(1.008.751)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros sobre arrendamentos	(77.367)	(78.857)	(77.735)	(90.491)
Ganho (Perda) na alienação / cambial na conversão de investimentos no exterior	9.448	(11.649)	24.505	(30.671)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(25.857)	(14.502)	(27.634)	(285.978)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(805.463)	(907.564)	(802.377)	(1.500.487)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(52.071)	(54.956)	(84.086)	(95.420)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(3.780)	(1.566)	(3.815)	(1.929)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(275)	31.438	(275)	31.438
Outras despesas	(72.465)	(90.298)	(72.735)	(252.251)
<b>Sub-total:</b>	<b>(1.027.830)</b>	<b>(1.127.954)</b>	<b>(1.044.152)</b>	<b>(2.225.789)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.999.117)</b>	<b>(1.964.629)</b>	<b>(1.895.406)</b>	<b>(3.234.540)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>	<b>(186.739)</b>	<b>(345.500)</b>	<b>(571.372)</b>	<b>(1.043.626)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.504.706)</b>	<b>(2.195.478)</b>	<b>(2.010.785)</b>	<b>(4.385.842)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	623.979	9.672	652.483	72.942
Rendimentos de aplicações financeiras	209.690	21.953	220.142	48.704
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	823.332	637.277	22.791	
Outras receitas	41.423	57.069	42.275	10.492
<b>Total</b>	<b>1.698.424</b>	<b>725.971</b>	<b>937.691</b>	<b>132.138</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(662.652)	(533.636)	(776.802)	(815.121)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(459.493)	(395.705)		
Juros sobre empréstimos com terceiros	(1.305.489)	(1.038.833)	(1.366.660)	(1.322.960)
Juros sobre debêntures	(641.476)	(131.030)	(686.338)	(509.186)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(10)	(23)		
<b>Sub-total:</b>	<b>(3.069.120)</b>	<b>(2.099.227)</b>	<b>(2.829.800)</b>	<b>(2.647.267)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros sobre arrendamentos	(253.765)	(175.820)	(225.876)	(258.591)
Ganho (Perda) na alienação / cambial na conversão de investimentos no exterior	(17.690)	(8.130)	(6.648)	(15.130)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(175.582)	(45.260)	(200.849)	(341.405)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(1.268.574)	(869.993)	(1.295.066)	(1.461.042)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(330.035)	(89.882)	(402.295)	(246.938)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(10.412)	(2.943)	(10.631)	(4.238)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(116.170)	7.766	(116.170)	7.766
Outras despesas (ii)	(209.796)	(450.281)	(213.325)	(707.821)
<b>Sub-total:</b>	<b>(2.382.024)</b>	<b>(1.634.543)</b>	<b>(2.470.860)</b>	<b>(3.027.399)</b>
<b>Total</b>	<b>(5.451.144)</b>	<b>(3.733.770)</b>	<b>(5.300.660)</b>	<b>(5.674.666)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>	<b>1.490.907</b>	<b>(62.149)</b>	<b>1.635.559</b>	<b>(1.082.367)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.261.813)</b>	<b>(3.069.948)</b>	<b>(2.727.410)</b>	<b>(6.624.895)</b>

- (i) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos em moeda estrangeira e fornecedores sujeitos ao PRJ e respectivas variações monetárias.
- (ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(58.209)		(59.682)	(1.266)
Tributos diferidos (Nota 10)				
<b>Total</b>	<b>(58.209)</b>		<b>(59.682)</b>	<b>(1.266)</b>

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(3.005.959)</b>	<b>(5.076.786)</b>	<b>(3.003.205)</b>	<b>(5.074.390)</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	1.022.026	1.726.107	1.021.090	1.725.293
Equivalência patrimonial	(250.238)	(991.218)	(23.903)	(261)
Incentivos fiscais			20	16
Exclusões (adições) permanentes	(328.893)	714.953	(36.947)	263.351
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(501.104)	(1.449.842)	(837.081)	(1.749.737)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior			(182.861)	(239.928)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(58.209)</b>		<b>(59.682)</b>	<b>(1.266)</b>

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(120.060)		(122.492)	(10.672)
Tributos diferidos (Nota 10)	(4.548.520)		(4.548.520)	
<b>Total</b>	<b>(4.668.580)</b>		<b>(4.671.012)</b>	<b>(10.672)</b>



	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(4.706.450)</b>	<b>(7.628.436)</b>	<b>(4.700.596)</b>	<b>(7.620.392)</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	1.600.193	2.593.668	1.598.203	2.590.933
Equivalência patrimonial	(58.371)	(1.468.721)	(2.858)	135
Incentivos fiscais			65	97
Exclusões (adições) permanentes (i)	(4.516.864)	(798.875)	(6.008.194)	(6.649.820)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(1.693.538)	(326.072)	(93.590)	4.302.864
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (ii)			(164.638)	(254.881)
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>(4.668.580)</b>		<b>(4.671.012)</b>	<b>(10.672)</b>

- (i) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ e da alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo.
- (ii) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

## 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são mensurados pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contas bancárias	274.753	197.605	618.387	697.123
Equivalentes de caixa	2.656.923	571.977	2.760.350	2.220.128
<b>Total</b>	<b>2.931.676</b>	<b>769.582</b>	<b>3.378.737</b>	<b>2.917.251</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Operações compromissadas (i)	1.447.395	355.093	1.548.257	1.204.694
CDB – Certificado de Depósito Bancário	1.114.579	185.008	1.116.894	234.607
Títulos privados (ii)	90.871	28.945	91.096	89.523
“Time Deposits”				687.279
Outros	4.078	2.931	4.103	4.025
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.656.923</b>	<b>571.977</b>	<b>2.760.350</b>	<b>2.220.128</b>

### (b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Títulos privados (iii)	191.214	171.053	191.214	177.863
Títulos públicos	19.881	16.866	19.881	20.126
<b>Total</b>	<b>211.095</b>	<b>187.919</b>	<b>211.095</b>	<b>197.989</b>
Circulante	201.145	185.307	201.145	188.566
Não circulante	9.950	2.612	9.950	9.423

- (i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa SELIC. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.
- (ii) Representados, principalmente, por letras financeiras de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
- (iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

## 9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA <sup>1</sup>		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Serviços faturados	5.490.196	3.690.948	4.837.025	4.497.565
Serviços a faturar	633.342	449.889	721.616	708.453
<b>Subtotal</b>	<b>6.123.538</b>	<b>4.140.837</b>	<b>5.558.641</b>	<b>5.206.018</b>
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(846.834)	(790.553)	(886.114)	(941.064)
<b>Total</b>	<b>5.276.704</b>	<b>3.350.284</b>	<b>4.672.527</b>	<b>4.264.954</b>

<sup>1</sup> Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incluem saldos incorporados da Telemar.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	5.039.995	3.403.538	4.475.098	4.057.307
Vencidas até 60 dias	318.108	186.816	318.108	359.639
Vencidas de 61 a 90 dias	69.392	30.842	69.392	78.554
Vencidas de 91 a 120 dias	90.615	28.734	90.615	70.480
Vencidas de 121 a 150 dias	86.624	25.073	86.624	74.375
Vencidas acima de 150 dias	518.804	465.834	518.804	565.663
<b>Total</b>	<b>6.123.538</b>	<b>4.140.837</b>	<b>5.558.641</b>	<b>5.206.018</b>

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(790.553)</b>	<b>(941.064)</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(104.318)	
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(48.150)	(58.339)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	96.187	113.289
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>(846.834)</b>	<b>(886.114)</b>

## 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	115.545	82.056	135.191	150.009
CS a recuperar (i)	29.546	4.820	43.173	41.792
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	87.097	51.560	112.891	105.234
<b>Total circulante</b>	<b>232.188</b>	<b>138.436</b>	<b>291.255</b>	<b>297.035</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>	1.117.150	5.665.670	1.209.775	5.758.295
<b>Total não circulante</b>	<b>1.117.150</b>	<b>5.665.670</b>	<b>1.209.775</b>	<b>5.758.295</b>

<sup>1</sup> Vide quadro de movimentação abaixo.

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar	666		10.144	13.452
CS a pagar	240		667	1.324
<b>Total circulante</b>	<b>906</b>		<b>10.811</b>	<b>14.776</b>

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais.
- (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

## Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	Saldo em 30/09/2022
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	931.997	(67.386)	289.336	1.153.947
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.393	8.553	14.093	52.039
Provisões para fundos de pensão	(205.109)	190	(225)	(205.144)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	440.676	(17.402)	101.891	525.165
Participação nos lucros	2.324	2.750	28.527	33.601
Variações cambiais	5.046.079	(1.742.259)	1.363.650	4.667.470
Ágio incorporado (i)	839.854	(209.734)		630.120
Obrigação onerosa	1.888.325	(165.464)	1.027.100	2.749.961
Arrendamentos	63.629	5.435	232.863	301.927
ORA – MTM Derivativos	74	(355)		(281)
Alienação de investimentos		600.033		600.033
Outras adições e exclusões temporárias	720.989	35.232	468.662	1.224.883
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>9.758.231</b>	<b>(1.550.407)</b>	<b>3.525.897</b>	<b>11.733.721</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	6.139.108	(1.369.190)		4.769.918
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>15.897.339</b>	<b>(2.919.597)</b>	<b>3.525.897</b>	<b>16.503.639</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.773.513)	64.615		(1.708.898)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(8.458.156)	(1.693.538)	(3.525.897)	(13.677.591)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>	<b>5.665.670</b>	<b>(4.548.520)</b>		<b>1.117.150</b>

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 30/09/2022
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>			
<b>Diferenças temporárias</b>			
Provisões	1.256.681	(81.465)	1.175.216
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	44.057	7.982	52.039
Provisões para fundos de pensão	(205.534)	390	(205.144)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	545.020	(19.855)	525.165
Participação nos lucros	36.709	(101)	36.608
Variações cambiais	4.050.994	(666.455)	3.384.539
Ágio incorporado (i)	839.854	(209.734)	630.120
Obrigação onerosa	2.961.207	(211.245)	2.749.962
Arrendamentos	291.914	10.013	301.927
ORA – MTM Derivativos	74	(355)	(281)
Alienação de investimentos		600.033	600.033
Outras adições e exclusões temporárias	1.203.171	22.332	1.225.503
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>11.024.147</b>	<b>(548.460)</b>	<b>10.475.687</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (iii)	12.606.015	(4.109.164)	8.496.851
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>23.630.162</b>	<b>(4.657.624)</b>	<b>18.972.538</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.913.016)	202.694	(1.710.322)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(15.958.851)	(93.590)	(16.052.441)
<b>Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)</b>	<b>5.758.295</b>	<b>(4.548.520)</b>	<b>1.209.775</b>

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável de ativo fiscal diferido, caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseado em demonstrativo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas. Com a publicação da Lei 14.112, em dezembro de 2020, foi alterada a regra de compensação dos Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para os ganhos decorrentes de ganho de capital resultante da alienação judicial de bens ou direitos e para os ganhos decorrentes com a redução da dívida. Nestas duas situações não se aplica o limite de 30% sobre o lucro tributável para compensação do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, passando a ser permitida a compensação de até 100% destes ganhos do total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social limitada ao valor total destes. Nesse contexto, ao longo de 2022 a Companhia revisou a expectativa de recuperação dos tributos diferidos e, em 30 de setembro de 2022, mantém em seus registros créditos de tributos diferidos relativos, substancialmente, aos ganhos a serem obtidos com a renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial. A provisão para redução ao valor recuperável é revertida na medida em que se torne provável que o lucro tributável esteja disponível.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 17.433.445 e R\$ 10.277.920, e correspondem a R\$ 5.927.371 e R\$ 2.569.480 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

## 11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ICMS a recuperar (i)	408.909	427.096	434.015	607.065
PIS e COFINS (ii)	264.648	483.615	267.363	958.160
Outros	41.561	38.508	47.424	43.257
<b>Total</b>	<b>715.118</b>	<b>949.219</b>	<b>748.802</b>	<b>1.608.482</b>
Circulante	409.615	679.337	441.760	897.338
Não circulante	305.503	269.882	307.042	711.144

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ICMS	199.951	155.852	200.444	331.320
ICMS Convênio nº 69/1998	139.656	65.146	140.949	139.110
PIS e COFINS (iii)	100.981	68.520	144.106	145.443
FUST/FUNTTEL/Rádiodifusão (iv)	697.370	574.926	697.389	675.550
Fistel (v)	1.480.810	2.883	1.481.290	974.374
Outros (vi)	158.392	64.170	187.428	202.727
<b>Total</b>	<b>2.777.160</b>	<b>931.497</b>	<b>2.851.606</b>	<b>2.468.524</b>
Circulante	731.797	285.756	771.697	1.538.180
Não circulante	2.045.363	645.741	2.079.909	930.344

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantinham ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e a Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 anos.

(v) A Companhia em conjunto com outras empresas do setor, ajuizaram ação objetivando afastar a obrigatoriedade ao recolhimento das Taxas de Fiscalização de Instalação (TFI) e de Funcionamento (TFF). Foi proferida sentença que indeferiu os pedidos, ocasionando a interposição de recurso. Com relação a TFF relativa ao ano de 2020 e a pendência de julgamento do mencionado recurso, foi formulado pedido de antecipação de tutela recursal, deferido em 18 de março de 2020, para suspender a exigibilidade da TFF referente ao ano de 2020, pedido esse renovado para o exercício de 2021 ou até o final da ação, e deferido por decisão proferida em março de 2021, para manter a suspensão da exigibilidade até o julgamento do recurso. Atualmente, o processo aguarda julgamento do mencionado recurso de apelação e do agravo interno interposto pela ANATEL em face ao deferimento das tutelas recursais.

(vi) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

## 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Cíveis	2.134.877	2.274.259	2.136.436	2.461.938
Tributárias	1.971.355	1.848.773	1.973.387	1.926.137
Trabalhistas	736.698	673.637	941.258	895.767
<b>Subtotal:</b>	<b>4.842.930</b>	<b>4.796.669</b>	<b>5.051.081</b>	<b>5.283.842</b>
Perda estimada	(82.501)	(47.927)	(88.649)	(63.472)
<b>Total</b>	<b>4.760.429</b>	<b>4.748.742</b>	<b>4.962.432</b>	<b>5.220.370</b>
Circulante	595.903	933.644	753.356	1.181.457
Não circulante	4.164.526	3.815.098	4.209.076	4.038.913

## 13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	1.727.556	337.886	1.625.980	723.967
Seguros	42.055	31.573	42.081	38.307
Fiança bancária	48.129	30.695	48.129	34.760
Outras	108.929	286.465	144.756	123.467
<b>Total</b>	<b>1.926.669</b>	<b>686.619</b>	<b>1.860.946</b>	<b>920.501</b>
Circulante	989.209	548.157	923.486	577.803
Não circulante	937.460	138.462	937.460	342.698

(i) Representado por custos incrementais para obtenção de contrato com cliente (custos de cumprimento de contrato), substancialmente, comissões sobre vendas e taxas de habilitação de clientes de Fibra (FTTH - “Fiber To The Home”), cujo diferimento ao resultado é efetuado de acordo com o prazo médio de permanência do cliente na base da Companhia. As movimentações ocorridas no exercício são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>337.886</b>	<b>723.967</b>
Incorporação Oi Móvel	1.241.696	
Custos incorridos	831.128	1.106.069
Apropriação ao resultado	(683.154)	(756.547)
Outros movimentos (ii)		552.491
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>1.727.556</b>	<b>1.625.980</b>

(ii) Representado por valores que eram, até a data da venda do controle da BrT Multimídia, eliminados para fins de consolidação. Com a alteração da participação do investimento na BrT Multimídia de controlada para coligada (Notas 1, 15 e 27), os valores relativos aos custos incrementais com taxas de habilitação de clientes de Fibra, advindo de contrato comercial entre a Companhia e a BrT Multimídia, passaram a ser parte integrante do saldo patrimonial do consolidado, da data da venda do controle em diante.

#### 14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Valores a receber (i)	1.561.996	323.446	1.241.181	124.156
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores (*)	787.310	395.449	328.241	316.935
Valores a receber com venda de imobilizado	224.629	223.019	224.629	223.019
Créditos a receber (ii)	37.275	204.316	37.275	204.440
Valores a receber de alienação de investimento (iii)	88.558	46.302	88.558	85.319
Adiantamentos a empregados	27.378	29.188	44.454	53.259
Outros	127.820	113.057	138.831	143.743
<b>Total</b>	<b>2.854.966</b>	<b>1.334.777</b>	<b>2.103.169</b>	<b>1.150.871</b>
Circulante	2.361.393	875.092	1.735.958	736.670
Não circulante	493.573	459.685	367.211	414.201

(\*) Representados na controladora, substancialmente, por transações com partes relacionadas.

- (i) Representado principalmente por: (i) R\$ 476 milhões a receber da Globenet Cabos Submarinos S.A. relativos a Parcela Secundária, do fechamento da alienação da UPI InfraCo (Nota 1); e (ii) R\$ 278 milhões a receber das empresas que compõem as UPI Ativos Móveis decorrentes de obrigação de pagamento proporcional da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (“TFF”) do exercício de 2022, atualmente com exigibilidade suspensa (Nota 11).
- (ii) Os créditos a receber da Fundação Sistel são decorrentes da participação da Companhia na distribuição do Superávit do plano PBS-A, devidamente aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 2 (duas) parcelas a receber corrigidas pela rentabilidade do Plano.
- (iii) Valores a receber oriundos da alienação da UPI Data Center, que serão liquidados até março de 2026.



## 15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Investimentos em controladas e coligadas	9.762.849	6.209.496	8.021.102	
Negócios em conjunto	19.268	22.139	19.268	22.139
Outros investimentos			15.930	4.933
<b>Total</b>	<b>9.782.117</b>	<b>6.231.635</b>	<b>8.056.300</b>	<b>27.072</b>

### Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>6.231.635</b>	<b>27.072</b>
Incorporação Oi Móvel	7.578.476	
Investimento em coligada (i)	8.394.123	8.394.123
Investimento em controlada (ii)	1.465.744	
Aumento de capital Oi Soluções	40.000	
Custo de alienação (Nota 27 (a))	(12.966.821)	
Reclassificação de/para ativos mantidos para venda	(966.077)	
Lucro não realizado		(373.466)
Equivalência patrimonial (iii)	5.037	8.571
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>9.782.117</b>	<b>8.056.300</b>

(i) Participação de 38,37% do capital social votante e total da BrT Multimídia em 30 de setembro de 2022. O investimento inclui: (a) aumento de capital na referida subsidiária pela Oi, anteriormente à alienação parcial da UPI InfraCo, em 9 de junho de 2022, de R\$ 4.886 milhões; (b) contribuição de ativos associados as operações de fibra de R\$ 3,5 milhões; e (c) aumento de capital pela recomposição da participação na BrT Multimídia, em 29 de julho de 2022 de R\$ 159 milhões, conforme destacado na Nota 1 relativamente as etapas de fechamento da operação de alienação da UPI Infraco.

(ii) Reclassificação de ativos mantidos para venda para investimentos, relativamente ao investimento na controlada Bérqamo Participações Ltda. (“Bérqamo”), detentora de ativos de equipamentos de transmissão ópticos (“*Optical Network Terminal*” – ONT), no qual a Administração da Companhia decidiu por não mais seguir com os planos de venda destes ativos.

(iii) Composição apresentada abaixo.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA		
			30/09/2022		
			Quantidade em milhares de ações	Participação - %	
Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Capital total	Capital votante
Oi Holanda	(2.445.689)	(78.950)		100	100
PTIF	(5.008.605)	(335.469)	2.201	100	100
Paggo Empreendimentos	(614.586)	(41.820)	222	100	100
Serede	(530.437)	(180.892)	139.502	100	100
PT Participações	326.473	(73.264)	1.000.000	100	100
Bérgamo	1.465.744	(73.019)	1.538.763	100	100
Oi Móvel (i)		(120.703)			
BrT Multimídia	21.876.784	(790.960)	14.564.644	38,37	38,37
Outros	93.326	(23.329)			

(i) A Oi Móvel foi incorporada na Companhia em fevereiro de 2022.

Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Telemar		(618.123)				
Oi Holanda	(78.950)	(216.413)			2.445.689	2.366.739
PTIF	(335.469)	(532.607)			5.008.605	4.673.136
Serede	(180.789)	(47.183)			530.437	346.470
PT Participações	(73.264)	(287)	326.473	404.797		
Bérgamo	(73.019)		1.465.744			
Oi Móvel (i)	(120.703)	(2.461.543)				1.077.599
BrT Multimídia	(741.233)	353.961	8.394.122	7.412.788		
Paggo Empreendimentos	(32.985)				614.586	
Outros	54.842	(24.526)	70.636	28.934	(23.809)	58.127
Resultado não realizado com investidas	(90.926)	7.893	(474.858)	(212.487)		
Equivalência de ativos mantidos para venda	884.922					
Resultado de operações descontinuadas	615.896	(780.940)				
<b>Equivalência de operação continuada no resultado (Nota 5)</b>	<b>(171.678)</b>	<b>(4.319.768)</b>				
Variação cambial sobre equivalência patrimonial	(5.334)	68				
Equivalência patrimonial sobre provisão para patrimônio líquido negativo (i)	750.925	824.821				
Resultado de operações descontinuadas	(615.896)	780.940				
Reclassificação para ativos mantidos para venda				(1.402.397)		
Outros	47.020	(1.559)				
<b>Total</b>	<b>5.037</b>	<b>(2.715.498)</b>	<b>9.782.117</b>	<b>6.231.635</b>	<b>8.575.508</b>	<b>8.522.071</b>

(i) A Oi Móvel foi incorporada na Companhia em fevereiro de 2022.

(ii) Representado por equivalência patrimonial nas subsidiárias Oi Holanda, PTIF, CVTEL, BrT Call Center e Serede.

## Informações financeiras resumidas

	30/09/2022		
<b>Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto</b>	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Receitas</b>
Oi Holanda (1)	3.055.665	5.501.354	
PTIF (1)	2.131.470	7.140.075	
Serede	807.298	1.337.735	1.145.901
PT Participações	517.569	191.096	83.441
Bérgamo	1.465.744		
BrT Multimídia	35.201.098	13.324.314	1.620.734
Paggo Empreendimentos	210.119	824.705	
Outros	259.915	163.473	259.840

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

	31/12/2021		30/09/2021
<b>Controladas, Coligadas e Negócios em conjunto</b>	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Receitas</b>
Telemar (1)			1.402.121
Oi Holanda (1)	2.959.813	5.326.552	
PTIF (1)	2.147.064	6.820.200	
Serede	1.116.527	1.466.072	1.510.214
PT Participações	584.799	180.002	170.762
Oi Móvel	26.241.946	27.319.545	7.736.968
BrT Multimídia	18.933.258	8.086.333	2.183.654
Outros	211.945	244.711	637.968

(1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

## 16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>								
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>894.135</b>	<b>16.825.699</b>	<b>51.864.841</b>	<b>8.837.920</b>	<b>3.619.162</b>	<b>3.216.290</b>	<b>4.085.588</b>	<b>89.343.635</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	307.858	788.146	4.365.790	814.933	28.760	353.739	185.223	6.844.449
Modificações contratuais						196.364		196.364
Adições	1.060.495	1.090	28.125	752		493.921	159.728	1.744.111
Baixas	(26)		(298.978)	(2)	(2.494)	(393.457)	(6.645)	(701.602)
Transferências	(639.307)	60.685	478.651	30.484	11.037		58.450	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (i)			(2.400.198)	1.661	3.751		47.169	(2.347.617)
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>1.623.155</b>	<b>17.675.620</b>	<b>54.038.231</b>	<b>9.685.748</b>	<b>3.660.216</b>	<b>3.866.857</b>	<b>4.529.513</b>	<b>95.079.340</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>(16.612.841)</b>	<b>(44.242.906)</b>	<b>(7.180.424)</b>	<b>(3.147.813)</b>	<b>(699.476)</b>	<b>(3.522.685)</b>	<b>(75.406.145)</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(263.201)	(3.180.459)	(503.561)	(1.418)	(140.792)	(343.302)	(4.432.733)
Despesas de depreciação		(72.838)	(875.656)	(796.594)	(42.698)	(277.125)	(18.305)	(2.083.216)
Baixas		(1.088)	244.820		1.909	163.800	5.836	415.277
Transferências		8	(410)	12.234	(3.934)		(7.898)	
Transferências de/ para ativos mantidos para venda (i)			1.518.069	(765)	(1.658)		(48.122)	1.467.524
<b>Saldo em 30/09/2022</b>		<b>(16.949.960)</b>	<b>(46.536.542)</b>	<b>(8.469.110)</b>	<b>(3.195.612)</b>	<b>(953.593)</b>	<b>(3.934.476)</b>	<b>(80.039.293)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>								
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>894.135</b>	<b>212.858</b>	<b>7.621.935</b>	<b>1.657.496</b>	<b>471.349</b>	<b>2.516.814</b>	<b>562.903</b>	<b>13.937.490</b>
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>1.623.155</b>	<b>725.660</b>	<b>7.501.689</b>	<b>1.216.638</b>	<b>464.604</b>	<b>2.913.264</b>	<b>595.037</b>	<b>15.040.047</b>
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

- (i) Representado, substancialmente, pela transferência da Operação TVCo para Mantidos para venda, originária da incorporação da Oi Móvel pela Companhia, em fevereiro de 2022, e pela transferência de ativos associados aos “sites” de Torres. Operações essas detalhadas na Nota 1 e na Nota 27 (b).

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>								
Saldo em 31/12/2021	1.482.574	17.265.981	39.483.532	23.978.076	3.824.704	3.870.398	4.881.338	94.786.603
Modificações contratuais						246.239		246.239
Adições	1.094.201	1.090	27.853	925		495.932	165.802	1.785.803
Baixas	(61.603)	(2.558)	(318.897)	(10.277)	(14.133)	(651.166)	(11.198)	(1.069.832)
Transferências	(639.307)	60.685	478.651	30.484	11.037		58.450	
Transferências de ativos mantidos para venda (ii)	205.890	1.430	1.105.832	283.497	3.751		151.735	1.752.135
Saldo em 30/09/2022	2.081.755	17.326.628	40.776.971	24.282.705	3.825.359	3.961.403	5.246.127	97.500.948
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldo em 31/12/2021		(16.971.696)	(34.940.143)	(18.520.301)	(2.547.459)	(965.166)	(4.649.315)	(78.594.080)
Despesas de depreciação		(80.560)	(996.670)	(807.204)	(67.675)	(300.471)	(29.888)	(2.282.468)
Baixas		5.672	259.242	6.983	9.720	248.954	13.769	544.340
Transferências		8	(410)	12.234	(3.934)		(7.898)	
Transferências de ativos mantidos para venda (ii)			(163.271)	(109.737)	(1.658)		(151.241)	(425.907)
Saldo em 30/09/2022		(17.046.576)	(35.841.252)	(19.418.025)	(2.611.006)	(1.016.683)	(4.824.573)	(80.758.115)
<b>Imobilizado líquido</b>								
Saldo em 31/12/2021	1.482.574	294.285	4.543.389	5.457.775	1.277.245	2.905.232	232.023	16.192.523
Saldo em 30/09/2022	2.081.755	280.052	4.935.719	4.864.680	1.214.353	2.944.720	421.554	16.742.833
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(ii) Representado, substancialmente, pela reclassificação de ativos mantidos para venda de ativos de equipamentos de transmissão ópticos ("Optical Network Terminal" – ONT) da controlada Bérnago (Nota 15), e pela transferência de ativos associados aos "sites" de Torres. Operações essas detalhadas na Nota 1 e na Nota 27 (b).

### Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 7.814.957 (31/12/2021 – R\$ 8.328.195), sendo R\$ 5.710.024 (31/12/2021 - R\$ 6.092.717) na controladora e R\$ 2.104.933 (31/12/2021 - R\$ 2.235.478) na coligada BrT Multimídia, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

## Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA					
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
<b>Custo do arrendamento (valor bruto)</b>						
Saldo em 31/12/2021	2.712.801	446.342	25.627	17.081	14.439	3.216.290
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	42.403	249.838		50.039	11.459	353.739
Modificações contratuais	15.554	149.662	20.538	8.136	2.474	196.364
Adições	309.895	71.432	566	32.426	79.602	493.921
Baixas	(63.190)	(271.047)	(8.683)	(50.537)		(393.457)
Saldo em 30/09/2022	3.017.463	646.227	38.048	57.145	107.974	3.866.857
<b>Depreciação acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2021	(511.506)	(149.977)	(20.635)	(15.657)	(1.701)	(699.476)
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	(59.657)	(58.158)		(22.284)	(693)	(140.792)
Despesas de depreciação	(159.200)	(98.946)	(9.186)	(6.636)	(3.157)	(277.125)
Baixas	18.014	100.776	7.941	37.069		163.800
Saldo em 30/09/2022	(712.349)	(206.305)	(21.880)	(7.508)	(5.551)	(953.593)
<b>Direito de uso líquido</b>						
Saldo em 31/12/2021	2.201.295	296.365	4.992	1.424	12.738	2.516.814
Saldo em 30/09/2022	2.305.114	439.922	16.168	49.637	102.423	2.913.264

	CONSOLIDADO						
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
<b>Custo do arrendamento (valor bruto)</b>							
Saldo em 31/12/2021	2.708.579	760.168	172.622	129.644	73.490	25.895	3.870.398
Modificações contratuais	13.777	148.917	1.836	69.605	9.631	2.473	246.239
Adições	309.914	71.432		2.439	32.541	79.606	495.932
Baixas	(14.807)	(334.290)	(174.458)	(78.926)	(48.685)		(651.166)
Saldo em 30/09/2022	3.017.463	646.227		122.762	66.977	107.974	3.961.403
<b>Depreciação acumulada</b>							
Saldo em 31/12/2021	(522.190)	(223.719)	(95.027)	(79.935)	(41.967)	(2.328)	(965.166)
Despesas de depreciação	(136.841)	(103.849)	(3.566)	(43.997)	(8.995)	(3.223)	(300.471)
Baixas	(53.318)	121.263	98.593	46.678	35.738		248.954
Saldo em 30/09/2022	(712.349)	(206.305)		(77.254)	(15.224)	(5.551)	(1.016.683)
<b>Direito de uso líquido</b>							
Saldo em 31/12/2021	2.186.389	536.449	77.595	49.709	31.523	23.567	2.905.232
Saldo em 30/09/2022	2.305.114	439.922		45.508	51.753	102.423	2.944.720

## 17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>					
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>5.314.470</b>	<b>14.478.133</b>	<b>897.343</b>	<b>20.689.946</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	4.021	2.301.082	166.851	10.001	2.481.955
Adições	81.352	610		26.351	108.313
Baixas		(43.503)			(43.503)
Transferências	(81.349)	81.490		(141)	
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>4.024</b>	<b>7.654.149</b>	<b>14.644.984</b>	<b>933.554</b>	<b>23.236.711</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>(5.254.837)</b>	<b>(11.070.948)</b>	<b>(836.774)</b>	<b>(17.162.559)</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)		(1.853.843)	(139.108)	(7.883)	(2.000.834)
Despesas de amortização		(141.346)	(640.230)	(3.351)	(784.927)
Baixas		25.581			25.581
<b>Saldo em 30/09/2022</b>		<b>(7.224.445)</b>	<b>(11.850.286)</b>	<b>(848.008)</b>	<b>(19.922.739)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>59.633</b>	<b>3.407.185</b>	<b>60.569</b>	<b>3.527.387</b>
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>4.024</b>	<b>429.704</b>	<b>2.794.698</b>	<b>85.546</b>	<b>3.313.972</b>
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>					
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.216</b>	<b>7.371.662</b>	<b>14.699.429</b>	<b>1.037.974</b>	<b>23.111.281</b>
Adições	81.980	1.796		102.356	186.132
Baixas		(68.438)		(1.187)	(69.625)
Transferências	(81.349)	81.490		(141)	
Transferências de ativos mantidos para venda		29.792			29.792
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>2.847</b>	<b>7.416.302</b>	<b>14.699.429</b>	<b>1.139.002</b>	<b>23.257.580</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		<b>(6.954.552)</b>	<b>(11.299.794)</b>	<b>(851.550)</b>	<b>(19.105.896)</b>
Despesas de amortização		(165.568)	(648.555)	(28.272)	(842.395)
Baixas		50.989		1.084	52.073
Transferências de ativos mantidos para venda		(5.452)			(5.452)
<b>Saldo em 30/09/2022</b>		<b>(7.074.583)</b>	<b>(11.948.349)</b>	<b>(878.738)</b>	<b>(19.901.670)</b>
<b>Intangível líquido</b>					
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.216</b>	<b>417.110</b>	<b>3.399.635</b>	<b>186.424</b>	<b>4.005.385</b>
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>2.847</b>	<b>341.719</b>	<b>2.751.080</b>	<b>260.264</b>	<b>3.355.910</b>
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

## 18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA <sup>1</sup>		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ANATEL (*)	7.556.866	5.576.284	7.556.866	5.854.157
Serviços	3.899.135	2.397.377	3.614.596	3.014.446
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	448.871	209.659	483.101	739.290
Aluguel de postes e direito de passagem	369.318	383.629	369.318	492.124
Outros	491.904	105.189	123.446	327.856
Ajuste a valor presente (**)	(3.801.641)	(2.440.133)	(3.778.568)	(2.619.460)
<b>Total</b>	<b>8.964.453</b>	<b>6.232.005</b>	<b>8.368.759</b>	<b>7.808.413</b>
Circulante	4.719.140	2.688.581	4.123.578	4.029.297
Não circulante	4.245.313	3.543.424	4.245.181	3.779.116
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	4.437.017	4.162.625	4.430.815	4.434.299
Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial	4.527.436	2.069.380	3.937.944	3.374.114
<b>Total</b>	<b>8.964.453</b>	<b>6.232.005</b>	<b>8.368.759</b>	<b>7.808.413</b>

<sup>1</sup> Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 26 e incorporação da controlada Telemar em maio de 2021 e da controlada Oi Móvel em fevereiro de 2022.

(\*) Crédito da Agência Reguladora de acordo com o previsto no Aditamento ao PRJ, cujo montante inscrito em dívida ativa foi objeto de assinatura em maio de 2022 de novo Instrumento de Repactuação e Transação com base nos preceitos da Lei 13.988/2020 combinada com a Lei nº 14.112/2020 (Nota 1).

(\*\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ e Instrumento de Transação firmado com a ANATEL, descontados por taxas que variam entre 14,9% a.a. e 17,07% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar). O valor de ajuste a valor presente específico da ANATEL em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 3.346.652 (31/12/2021 – R\$ 2.078.418), na controladora, e R\$ 3.346.652 (31/12/2021 – R\$ 2.162.656), no consolidado.

### Cronograma de vencimento dos fornecedores de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	163.003	141.953
2024	707.826	686.776
2025	658.708	637.658
2026	625.860	625.860
2027 a 2030	3.088.487	3.088.487
2031 e exercícios seguintes	2.780.852	2.781.965
Ajuste a valor presente (**)	(3.779.423)	(3.717.518)
<b>Total não circulante</b>	<b>4.245.313</b>	<b>4.245.181</b>



## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	9.148.097	9.664.934	9.148.097	14.876.979	Jul/2026	Semestral
Debêntures						
Públicas	8.052.636	7.522.196	8.052.636	7.522.196	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Privadas				2.199.882		
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES		3.232.633		4.586.453		
Outros	2.321.008	1.989.169	2.321.008	2.170.694	Out/2022 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	9.470.961	9.644.474	9.470.961	9.644.474	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	572.862	561.244	572.862	561.244	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	208.067	207.006	208.067	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.425.758	1.506.797	5.212.166	5.894.241	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo com controladas (Nota 26)	30.557.429	25.201.896			Fev/2062 a Fev/2066	
<b>Subtotal</b>	<b>61.756.818</b>	<b>59.530.349</b>	<b>34.985.797</b>	<b>47.663.198</b>		
Custo de transação incorrido	(10.100)	(11.031)	(10.100)	(115.024)		
Desconto das dívidas (*)	(37.651.334)	(34.086.096)	(13.030.440)	(14.565.056)		
<b>Total</b>	<b>24.095.384</b>	<b>25.433.222</b>	<b>21.945.257</b>	<b>32.983.118</b>		
Circulante	1.236.266	436.240	1.236.266	2.900.410		
Não circulante	22.859.118	24.996.982	20.708.991	30.082.708		

(\*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

### Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Instituições financeiras	9.605	10.506	9.605	94.568
Debêntures	495	525	495	20.456
<b>Total</b>	<b>10.100</b>	<b>11.031</b>	<b>10.100</b>	<b>115.024</b>
Circulante	1.621	1.386	1.621	39.550
Não circulante	8.479	9.645	8.479	75.474

### Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Euro	2.246.623	1.435.361	707.861	735.717
Dólar Norte Americano	15.074.120	15.014.918	14.462.755	19.615.115
Reais	6.774.641	8.982.943	6.774.641	12.632.286
<b>Total</b>	<b>24.095.384</b>	<b>25.433.222</b>	<b>21.945.257</b>	<b>32.983.118</b>

## Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	14.028.384	14.083.749	14.028.384	21.432.821
CDI	80% CDI	6.702.520	5.705.664	6.702.520	5.781.082
TJLP	2,95% a.a. + TJLP		3.232.139		4.585.465
TR	0% a.a. - 1,484%	46.180	38.992	46.180	38.998
Outros	0% a.a.	3.318.300	2.372.678	1.168.173	1.144.752
<b>Total</b>		<b>24.095.384</b>	<b>25.433.222</b>	<b>21.945.257</b>	<b>32.983.118</b>

## Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2022					
2023	760	760	895	895	1.550.772	1.067.274
2024	804.643	804.565	2.021	2.021	1.556.699	1.073.201
2025	9.769.968	9.769.025	1.444	1.444	1.480.102	996.604
2026	870.747	854.936	419	419	1.370.969	887.471
2027 e seguintes	49.072.813	22.318.624	3.700	3.700	31.692.792	9.005.890
<b>Total</b>	<b>60.518.931</b>	<b>33.747.910</b>	<b>8.479</b>	<b>8.479</b>	<b>37.651.334</b>	<b>13.030.440</b>

## Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	30/09/2022
Empréstimos e Financiamentos	47.663.198	3.749		(12.479.235)	(207.422)	5.507	34.985.797
Desconto das dívidas	(14.565.056)	907.125	627.491				(13.030.440)
Custo de transação	(115.024)					104.924	(10.100)
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>	<b>32.983.118</b>	<b>910.874</b>	<b>627.491</b>	<b>(12.479.235)</b>	<b>(207.422)</b>	<b>110.431</b>	<b>21.945.257</b>

Após o pagamento da parcela de fevereiro, em agosto de 2022 a Companhia realizou o pagamento de mais uma parcela dos juros dos “*Senior Notes*” no valor de R\$ 436.589, emitidos no âmbito da implementação do Plano Original, que vencem em julho de 2025, dívida esta que possui pagamentos de juros semestrais e cupom de 10% a.a..

Conforme já detalhado na Nota 1, em 20 de abril de 2022, foi concluída a venda da UPI Ativos Móveis. Como parte do recebimento desses recursos, e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, na mesma data foi realizada a quitação integral de suas dívidas junto ao BNDES, no valor de R\$ 4.640 milhões. Adicionalmente, em linha com o previsto na escritura das debêntures segunda emissão da Oi Móvel foi feito o pagamento antecipado desta dívida, no valor de R\$ 2.356 milhões. Por fim, também nesta data foi encerrada a oferta pública mandatária para o “*Bond*” sênior 2026, conforme previsto em sua “*indenture*”, com adesão de 98,71% do total do principal em circulação, o que representa cerca de US\$ 869 milhões de principal (R\$ 4.109 milhões).

## Garantias

Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, em 20 de abril de 2022, ocorreu a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES junto à Companhia, em linha com o disposto na Cláusula 4.2.5 do Plano e nos termos previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. O financiamento do BNDES possuía, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas

Telemar, incorporada na Companhia, em 3 de maio de 2021, e Oi Móvel, incorporada na Companhia em 22 de fevereiro de 2022.

Do mesmo modo, também foram integralmente quitadas como resultado da conclusão da venda da UPI Ativos Móveis, as Debêntures Oi Móvel 2ª Emissão, que possuía garantias representadas pelos recebíveis advindos da referida alienação, pelas ações da Oi Móvel e pelos dividendos a receber que a Companhia tinha a receber da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A. (“BrT Multimídia”), além de garantia fidejussória da Companhia.

Adicionalmente, em função da alienação mencionada, foi realizada a oferta pública mandatória dos “bonds” emitidos pela Oi Móvel em 30 de julho de 2021, com a adesão de 98,71% dos “bondholders”. Com isso, para garantir 1,29% do total do principal emitido, permanece a estrutura de garantias representadas por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Companhia, sendo que todas somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento.

Ao final do período findo em 30 de setembro de 2022, o montante total de garantias era de R\$ 42.787.

### “Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do Plano de Recuperação Judicial (“Plano Original”), a Companhia e suas controladas estariam sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros, os quais são acompanhados em bases trimestrais.

Conforme estabelecido no Plano Original, conforme aditado (“Aditamento ao PRJ”), o BNDES concordou que, a partir da homologação judicial do Aditamento ao PRJ, ocorrida em 8 de outubro de 2020, e até a liquidação financeira da alienação da UPI Ativos Móveis ou até 30 de maio de 2022, o que ocorrer primeiro, a obrigação de cumprimento dos índices financeiros previstos no contrato de financiamento do BNDES teria sua exigibilidade temporariamente suspensa pelo BNDES e, portanto, durante tal período, sua não observância não implicaria em eventual descumprimento contratual e não causaria, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia. Com a conclusão da venda da UPI Ativos Móveis e a quitação integral do crédito com garantia real de titularidade do BNDES, não há mais “covenants” financeiros nos contratos de dívida da Companhia.

## 20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Torres	2.401.817	2.263.935	2.401.817	2.241.507
Espaço físico	471.871	318.114	471.871	571.963
Lojas				85.376
Imóveis	52.104	1.577	54.336	32.616
Veículos	16.804	5.351	47.072	51.765
Energia distribuída	105.592	13.739	105.592	24.947
<b>Total</b>	<b>3.048.188</b>	<b>2.602.716</b>	<b>3.080.688</b>	<b>3.008.174</b>
Circulante	608.177	501.229	634.854	676.074
Não circulante	2.440.011	2.101.487	2.445.834	2.332.100

## Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.602.716</b>	<b>3.008.174</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	239.481	
Novas contratações	493.921	495.932
Cancelamentos	(236.334)	(382.054)
Juros	269.469	273.694
Pagamentos	(517.429)	(561.297)
Modificações contratuais	196.364	246.239
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>3.048.188</b>	<b>3.080.688</b>

## Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2023	648.120	649.252
2024	619.879	619.879
2025	454.450	454.450
2026	357.836	357.836
2027	337.424	337.424
2028 a 2030	934.897	934.897
2031 e exercícios seguintes	2.054.508	2.054.508
<b>Total</b>	<b>5.407.114</b>	<b>5.408.246</b>
Juros	(2.967.103)	(2.962.412)
<b>Não circulante</b>	<b>2.440.011</b>	<b>2.445.834</b>

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

## Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 30 de setembro de 2022, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 22.754 (30/09/2021 - R\$ 2.283), na controladora, e de R\$ 25.901 (30/09/2021 – R\$ 18.400), no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 55.431 (30/09/2021 – R\$ 15.305), na controladora, e de R\$ 68.519 (30/09/2021 – R\$ 62.647), no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

## Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

CONTROLADORA							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030	Acima de 2031
Até 2024	10,79%	35.125	18.129				
2025 até 2031	12,27%	184.908	181.516	133.753	73.138	122.603	6.814
2032 até 2035	12,58%	313.653	307.899	234.969	208.594	842.380	589.468
A partir de 2036	12,75%	114.434	112.335	85.728	76.104	307.338	1.458.226
<b>Total</b>		<b>648.120</b>	<b>619.879</b>	<b>454.450</b>	<b>357.836</b>	<b>1.272.321</b>	<b>2.054.508</b>
<b>Inflação projetada<sup>1</sup></b>		5,81%	5,13%	5,84%	6,35%	6,57%	6,54%

CONSOLIDADO							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2023	2024	2025	2026	2027 a 2030	Acima de 2031
Até 2024	10,79%	70.916	28.744				
2025 até 2031	12,27%	174.824	178.692	133.990	73.326	123.164	6.926
2032 até 2035	12,58%	295.677	302.221	234.820	208.477	842.054	589.615
A partir de 2036	12,75%	107.835	110.222	85.640	76.033	307.103	1.457.967
<b>Total</b>		<b>649.252</b>	<b>619.879</b>	<b>454.450</b>	<b>357.836</b>	<b>1.272.321</b>	<b>2.054.508</b>
<b>Inflação projetada<sup>1</sup></b>		5,81%	5,13%	5,84%	6,35%	6,57%	6,54%

<sup>1</sup>Fonte: Anbima

## 21. PROVISÕES

### Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Trabalhista</b>				
Horas extras	302.058	302.318	492.198	494.678
Adicionais diversos	109.042	113.491	185.907	237.156
Estabilidade / Reintegração	105.706	108.979	170.850	182.664
Indenizações	87.379	96.590	143.002	171.646
Complemento de aposentadoria	54.245	52.204	86.872	69.070
Diferenças salariais e reflexos	33.972	32.435	55.221	46.572
Honorários advocatícios/periciais	32.467	27.074	54.921	44.758
Verbas rescisórias	18.648	15.222	30.485	29.980
Multas trabalhistas	14.905	13.642	24.155	27.931
Vínculo empregatício	9.231	10.186	14.783	22.253
FGTS	8.309	6.700	13.508	12.428
Subsidiariedade	239	197	383	377
Demais ações	56.969	55.511	91.491	79.349
<b>Total</b>	<b>833.170</b>	<b>834.549</b>	<b>1.363.776</b>	<b>1.418.862</b>
<b>Tributária</b>				
ICMS	905.084	494.080	907.990	794.955
ISS	92.497	83.867	92.999	85.998
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	260.190	20.826	275.421	37.597
IPTU	101.243	108.755	101.243	108.755
Demais ações	523.815	175.531	528.024	197.323
<b>Total</b>	<b>1.882.829</b>	<b>883.059</b>	<b>1.905.677</b>	<b>1.224.628</b>
<b>Cível</b>				
ANATEL		1.060.007		1.298.116
Societário	252.867	296.828	252.867	296.828
Juizado Especial	86.562	43.809	86.683	79.797
Demais ações	1.131.977	904.762	1.150.037	1.348.422
<b>Total</b>	<b>1.471.406</b>	<b>2.305.406</b>	<b>1.489.587</b>	<b>3.023.163</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>4.187.405</b>	<b>4.023.014</b>	<b>4.759.040</b>	<b>5.666.653</b>
Circulante	719.775	413.881	907.732	716.764
Não circulante	3.467.630	3.609.133	3.851.308	4.949.889

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Taxa Referencial (TR) e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

### Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>834.549</b>	<b>883.059</b>	<b>2.305.406</b>	<b>4.023.014</b>
Incorporação Oi Móvel (Nota 1)	27.971	323.267	709.927	1.061.165
Atualização monetária	31.483	361.613	85.532	478.628
Adições / (Reversões) (i)	10.407	353.038	(199.809)	163.636
Baixas por pagamentos / encerramentos	(71.240)	(38.148)	(435.675)	(545.063)
Transferências (i)			(993.975)	(993.975)
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>833.170</b>	<b>1.882.829</b>	<b>1.471.406</b>	<b>4.187.405</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.418.862</b>	<b>1.224.628</b>	<b>3.023.163</b>	<b>5.666.653</b>
Atualização monetária	76.828	365.480	108.580	550.888
Adições / (Reversões) (i)	80.037	354.269	(194.222)	240.084
Baixas por pagamentos / encerramentos	(211.951)	(38.700)	(453.959)	(704.610)
Transferências (i)			(993.975)	(993.975)
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>1.363.776</b>	<b>1.905.677</b>	<b>1.489.587</b>	<b>4.759.040</b>

(i) A redução nas contingências cíveis no período decorre, principalmente, da transferência do passivo relacionado a débitos com a ANATEL para contas a pagar, no montante de R\$ 994 milhões, e reversão de contingências no montante de R\$ 325 milhões, em decorrência da celebração de instrumento de repactuação e transação que abrange tanto o saldo dos débitos não tributários, quanto a repactuação dos novos débitos junto à ANATEL (Nota 1).

### Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhista	203.013	171.791	226.086	218.892
Tributária	30.014.430	20.205.438	30.057.782	28.552.020
Cível	3.133.105	1.902.992	3.133.105	2.372.417
<b>Total</b>	<b>33.350.548</b>	<b>22.280.221</b>	<b>33.416.973</b>	<b>31.143.329</b>

### Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$ 11.600.629 (31/12/2021 - R\$ 10.209.447) na controladora e R\$ 11.365.818 (31/12/2021 - R\$ 11.379.606) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

## 22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA <sup>1</sup>		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Obrigação onerosa (i)	4.939.312	5.553.898	4.939.312	8.709.432
Receitas a apropriar (ii)	1.630.006	1.328.730	1.642.677	1.358.799
Obrigações contratuais (iii)	632.187		632.187	
Provisões para indenizações a pagar	419.098	505.026	419.098	505.026
Adiantamentos de clientes	292.416	87.153	362.476	335.232
Provisão para desmobilização de ativos	20.195	19.601	20.195	19.601
Consignação a favor de terceiros	13.006	14.570	13.536	21.133
Outros	387.308	303.064	349.885	304.686
<b>Total</b>	<b>8.333.528</b>	<b>7.812.042</b>	<b>8.379.366</b>	<b>11.253.909</b>
Circulante	1.523.866	1.269.085	1.573.347	2.037.547
Não circulante	6.809.662	6.542.957	6.806.019	9.216.362

<sup>1</sup> Os saldos da controladora em 2021, incluem passivos da Telemar incorporada em maio de 2021.

- (i) A Companhia e suas controladas mantém um acordo, com a Globenet Cabos Submarinos S.A. (“Globenet”), de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (a) as obrigações dos contratos excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (b) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída dos contratos trazidos a valor presente.
- (ii) Representado principalmente por: (i) R\$ 1.238 milhões de receitas a apropriar de valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos; e (ii) R\$ 290 milhões referente a receitas a apropriar de serviços de transição, a serem prestados pela Companhia, nos termos do acordo de fechamento da alienação da UPI Ativos Móveis (Nota 1), reconhecidos ao resultado pelo prazo contratual.
- (iii) Representado por obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e física de sistemas, a serem liquidados em obrigações mensais até o final de 2027, descontados a valor presente a taxa de desconto, considerando a maturidade dos passivos, de 13,81%.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2021 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2022	31/12/2021
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	6.445.310	6.440.497
Ações preferenciais	157.727	157.727
<b>Total</b>	<b>6.603.037</b>	<b>6.598.224</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	644.050	644.050
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>645.862</b>	<b>645.862</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	5.801.260	5.796.447
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>5.957.175</b>	<b>5.952.362</b>

Em fevereiro de 2022, a Companhia emitiu 4.813 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de créditos detidos pelos beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos, em razão do atingimento da condição mínima de performance para a aquisição do direito ao recebimento das ações pelos Beneficiários relativa ao 2º “*vesting*” da 1ª outorga de ações realizada no Plano de Incentivo de Longo Prazo (Nota 24). O valor do aumento de capital foi de R\$ 4.573, integralmente destinado à reserva de capital, ao preço de emissão de R\$ 0,95 por ação, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei das S.A., sem diluição injustificada, com base na média ponderada por volume da cotação das ações ordinárias da Companhia nos 30 pregões anteriores à data de aprovação do aumento de capital, critério este que, no entendimento da administração da Companhia, melhor se adapta à atual realidade da Companhia, tendo em vista que as ações ordinárias de emissão da Companhia são liquidas e possuem dispersão no mercado.

Na AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de junho de 2022, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2021 no montante de R\$ 8.516.185 registrado na conta de prejuízos acumulados.

### (b) Ações em tesouraria

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

### (c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário.



Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e (ii) R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

**(d) Outros resultados abrangentes**

Para fins de apresentação no formulário ITR On line da CVM/B3, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Custo de emissão de ações</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>527.424</b>	<b>(801.073)</b>	<b>(141.871)</b>	<b>(415.520)</b>
Resultado na contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	1.043			1.043
Ganho atuarial	95			95
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	3.382			3.382
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>531.944</b>	<b>(801.073)</b>	<b>(141.871)</b>	<b>(411.000)</b>

**(e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído**

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os mesmos.

**Básico**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

**Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/09/2022	Período de nove meses findos em 30/09/2022	Período de três meses findos em 30/09/2021 Reapresentado	Período de nove meses findos em 30/09/2021 Reapresentado
Prejuízo das operações continuadas	(3.064.168)	(9.375.030)	(5.076.786)	(7.628.436)
Lucro das operações descontinuadas (líquido de impostos)	430	7.772.439	218.897	780.940
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(3.063.738)</b>	<b>(1.602.591)</b>	<b>(4.857.889)</b>	<b>(6.847.496)</b>
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(2.983.552)	(1.560.628)	(4.730.643)	(6.668.134)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(80.186)	(41.963)	(127.246)	(179.362)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.801.261	5.798.586	5.796.477	5.796.464
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915	155.915	155.915
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,51)	(0,27)	(0,82)	(1,15)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,51)	(0,27)	(0,82)	(1,15)
<b>Prejuízo por ação das operações continuadas (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,51)	(1,57)	(0,86)	(1,28)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,51)	(1,57)	(0,86)	(1,28)
<b>Lucro por ação das operações descontinuadas (Em Reais):</b>				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,00	1,31	0,04	0,13
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,00	1,31	0,04	0,13

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

## 24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### Planos de pensão

Em 30 de setembro de 2022, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativos atuariais</b>				
Plano TCSPREV	26.414	25.548	26.414	25.683
Plano CELPREV	441		441	420
Plano PBS-TNC	866		866	827
<b>Total</b>	<b>27.721</b>	<b>25.548</b>	<b>27.721</b>	<b>26.930</b>
Circulante	1.318	793	1.318	2.175
Não circulante	26.403	24.755	26.403	24.755

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Passivos atuariais</b>				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	876.845	804.778	876.845	804.778
Plano PAMEC	9.182	8.623	9.182	8.623
<b>Total</b>	<b>886.027</b>	<b>813.401</b>	<b>886.027</b>	<b>813.401</b>
Não circulante	886.027	813.401	886.027	813.401

- (i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2022:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>25.548</b>	<b>26.930</b>
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	3.166	1.794
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(993)	(1.003)
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>27.721</b>	<b>27.721</b>

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2022:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>813.401</b>	<b>813.401</b>
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	560	560
Juros do passivo atuarial	72.066	72.066
<b>Saldo em 30/09/2022</b>	<b>886.027</b>	<b>886.027</b>

### Remuneração baseada em ações

A estratégia de remuneração da Companhia, inclui os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações, cujo objetivo é concentrar a maior parte do pacote de remuneração nos componentes variáveis, sujeitos portanto ao cumprimento de metas de performance e a menor parte em salários fixos. Os componentes variáveis de curto e longo prazos possuem metas aderentes à estratégia da Oi e pretendem, assim, alinhar interesses dos administradores com acionistas.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de ações do capital social da Companhia, divididos em plano de outorgas de ações ao diretor presidente, plano de outorga de ações a executivos e plano de outorgas de ações ao conselho de administração, sendo este último suspenso por decisão judicial, até que seja encerrada a recuperação judicial.

Os valores justos das outorgas de ações são apurados com base no período de aquisição dos direitos e reconhecidos à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no período findo em 30 de setembro de 2022, para os planos de outorgas de ações, foi de R\$ 31.679 (30/09/2021 – R\$ 23.438).

No período findo em 30 de setembro de 2022, houve cancelamento de 671.054 ações de outorga de ações ao conselho de administração e não ocorreram movimentações de outorga de ações ao diretor presidente.

As movimentações ocorridas no saldo de outorga de ações a executivos estão resumidas a seguir:

	Ações	Valor médio da ação R\$
<b>Saldo de outorga de ações em 31/12/2021</b>	<b>78.553.343</b>	
Outorgas liquidadas (i)	(4.813.368)	0,95
Cancelamentos	(7.554.090)	
<b>Saldo de outorga de ações em 30/09/2022</b>	<b>66.185.885</b>	

(i) Em 31 de março de 2022 foi realizada a liquidação de 52,39% das ações referentes ao segundo período de aquisição do direito da primeira outorga de ações, após a apuração do atingimento parcial das condições de performance do programa, mediante a um aumento de capital com capitalização de créditos no valor de R\$ 4.573, integralmente destinado a reserva de capital.

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração da Companhia, que é o principal tomador de decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que exclui as operações descontinuadas e que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às empresas Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. R.L. (“CSTT”), empresa alienada em novembro de 2021 e Timor Telecom S.A., as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços de Fibra, com foco na venda de serviços de banda larga, voz fixa e IPTV, para clientes residenciais e pequenas empresas;
- Oi Soluções, que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de médio e grande porte, além dos serviços Digitais e de TI; e
- Serviços Legados, que incluem os serviços relacionados à tecnologia de cobre, TV DTH e serviços regulados de atacado.

## Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de setembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
Cobre	605.373	845.279
Fibra	1.052.562	804.705
DTH	303.094	354.359
Oi Soluções	593.691	571.282
Outros serviços e negócios	193.618	2.569
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.748.338</b>	<b>2.578.194</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(1.097.281)	169.063
Interconexão	(36.723)	(158.187)
Pessoal	(534.822)	(583.989)
Serviços de terceiros	(933.325)	(1.672.126)
Serviços de manutenção de rede	(126.997)	(237.987)
Custo de aparelhos e outros	(2.600)	(36.018)
Publicidade e propaganda	(69.941)	(108.632)
Aluguéis e seguros	(955.729)	(1.008.069)
Reversões (provisões)	(56.274)	(32.362)
Reversão (provisão) para perdas esperadas em contas a receber de clientes	69.786	(105.037)
Tributos e outras receitas (despesas)	121.735	562.829
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(57.953)	(62.408)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(931.786)</b>	<b>(694.729)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	(115.379)	(58.131)
Despesas financeiras	(1.901.248)	(4.335.781)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(2.948.413)</b>	<b>(5.088.641)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(59.682)	(342)
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>(3.008.095)</b>	<b>(5.088.983)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	430	218.897
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(3.007.665)</b>	<b>(4.870.086)</b>

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
Cobre	1.852.352	2.809.328
Fibra	2.923.204	2.086.846
DTH	944.940	1.074.687
Oi Soluções	1.746.227	1.741.600
Outros serviços e negócios	286.362	15.915
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>7.753.085</b>	<b>7.728.376</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(3.104.934)	(3.146.888)
Interconexão	(110.449)	(107.378)
Pessoal	(1.374.823)	(1.338.122)
Serviços de terceiros	(2.699.659)	(3.025.466)
Serviços de manutenção de rede	(332.215)	(343.845)
Custo de aparelhos e outros	(16.573)	2.516
Publicidade e propaganda	(212.534)	(294.543)
Aluguéis e seguros	(1.723.704)	(1.104.633)
Reversões (provisões)	(50.831)	(112.000)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(65.805)	(112.232)
Tributos e outras receitas (despesas)	256.658	(52.374)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(255.433)	908.774
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(1.937.217)</b>	<b>(997.815)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	2.564.997	127.456
Despesas financeiras	(5.259.639)	(6.758.742)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(4.631.859)</b>	<b>(7.629.101)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(4.671.024)	(7.954)
<b>Prejuízo das operações continuadas</b>	<b>(9.302.883)</b>	<b>(7.637.055)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos) (Nota 27)	7.772.439	780.940
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.530.444)</b>	<b>(6.856.115)</b>

### Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	2.748.338	2.578.194
Receitas relativas a outros negócios	21.719	56.825
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)</b>	<b>2.770.057</b>	<b>2.635.019</b>

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	7.753.085	7.728.376
Receitas relativas a outros negócios	83.435	170.761
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)</b>	<b>7.836.520</b>	<b>7.899.137</b>

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	(931.786)	(694.729)
Outros negócios	(60.634)	6.181
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)</b>	<b>(992.420)</b>	<b>(688.548)</b>

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	(1.937.217)	(997.815)
Outros negócios	(35.969)	2.318
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas (Nota 5)</b>	<b>(1.973.186)</b>	<b>(995.497)</b>

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de setembro de 2022, são como segue:

	30/09/2022				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	48.335.788	51.026.730	16.676.115	3.342.673	3.040.835
Investimentos internacionais	494.526	54.642	66.718	13.237	20.605

## 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>883.365</b>	<b>1.955.107</b>
BrT Call Center	3.473	50.464
BrT Multimídia		133.846
Oi Móvel		1.770.201
Serede	27.665	551
Paggo Administradora	852.227	45
<b>Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)</b>	<b>9.843.327</b>	<b>11.826.732</b>
PTIF	6.481.800	6.137.597
Oi Holanda	3.273.895	3.106.199
BrT Multimídia		2.582.199
Serede	86.508	
Pointer	1.124	737
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	<b>6.186</b>	<b>22.841</b>
Oi Serviços Financeiros	4.624	4.624
Rio Alto	1.546	1.546
BrT Card Serviços Financeiros	16	16
Oi Móvel		16.655
<b>Outros</b>	<b>802.266</b>	<b>443.816</b>
Oi Móvel		5.275
Oi Holanda	7.051	18.555
PTIF	633	700
CVTEL	2.482	3.322
Serede	383.414	272.375
BrT Multimídia		107.150
BrT Call Center	36.999	36.439
Paggo Administradora	371.687	

	CONTROLADORA	
	30/09/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>699.762</b>	<b>454.705</b>
BrT Call Center	74.228	72.711
BrT Multimídia		75.523
Oi Móvel		174.052
Paggo Administradora	352.271	101
Paggo Empreendimentos	200.000	
Serede	73.263	132.318
<b>Empréstimos e financiamentos (i)</b>	<b>3.000.665</b>	<b>2.083.239</b>
Oi Móvel		1.170
Oi Holanda	3.000.665	2.082.069
<b>Dividendos</b>		<b>819.571</b>
Oi Móvel		819.571
<b>Demais obrigações</b>	<b>24.017</b>	<b>43.350</b>
Oi Móvel		11.763
Rio Alto	975	975
BrT Multimídia		4.766
Oi Investimentos	13.067	13.927
PT Participações	9.975	11.919

- (i) A Companhia contrata mútuos com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Os valores demonstrados estão líquidos de AVJ.



	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>160</b>	<b>406.873</b>
BrT Multimídia		222.910
Oi Móvel		183.766
Serede	156	195
Paggo Administradora	4	2
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>550</b>	<b>38.485</b>
BrT Multimídia		15.633
Oi Móvel		12.818
Serede	550	678
BrT Call Center		9.356
<b>Receitas financeiras</b>	<b>429.097</b>	<b>663.778</b>
Oi Holanda	47.710	
PTIF	378.246	620.309
BrT Call Center		43.461
Pointer	(53)	8
Serede	3.194	

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>86.723</b>	<b>712.642</b>
BrT Multimídia	18.845	391.633
Oi Móvel	59.643	316.001
Telemar		4.371
Serede	647	414
Cozani	3.083	
Jonava	2.734	
Garliava	1.756	
Paggo Administradora	15	4
Drammen		219
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>36.360</b>	<b>74.459</b>
BrT Multimídia	30.131	29.071
Oi Móvel	4.271	34.193
Serede	1.958	1.135
BrT Call Center		9.356
Drammen		472
Calitéia		232
<b>Receitas financeiras</b>	<b>531.694</b>	<b>782.155</b>
Telemar		1.177
Oi Holanda	47.710	
PTIF	344.136	737.501
BrT Call Center		43.461
Pointer		16
BrT Multimídia	131.197	
Serede	8.651	

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(181.968)</b>	<b>(453.679)</b>
BrT Multimídia		(124.558)
Oi Móvel		(18.504)
Paggo Administradora	5.979	
BrT Call Center	(87.047)	(106.769)
Serede	(100.900)	(203.848)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>33.029</b>	<b>35.242</b>
Oi Móvel		(16)
Serede		(4.504)
BrT Call Center	(1.579)	(23.169)
BrT Multimídia		(1.909)
Oi Holanda	34.551	64.905
PT Participações	57	(65)

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(1.647.679)</b>	<b>(1.017.890)</b>
BrT Multimídia	(1.069.285)	(262.802)
Oi Móvel	(5.195)	(38.591)
Telemar		(3.195)
BrT Call Center	(246.165)	(296.577)
Serede	(316.032)	(413.502)
Drammen		(3.223)
Cozani	(5.494)	
Jonava	(3.397)	
Garliava	(2.111)	
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(9.742)</b>	<b>(74.569)</b>
Telemar		(6.788)
Oi Móvel	(10)	(23)
Serede	(3.072)	(8.817)
BrT Call Center	(5.026)	(23.974)
BrT Multimídia	(1.477)	(5.322)
Oi Holanda		(28.350)
PT Participações	(157)	(1.295)

### Créditos com partes relacionadas

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2021 – 115% do CDI). De acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro mantidos até então, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. Em 3 de fevereiro de 2022 foi aberta uma linha de crédito entre a Companhia e a Serede no valor de R\$ 160 milhões com maturidade de um ano ao custo de 115% do CDI. No período findo em 30 de setembro de 2022, não houve a abertura de contratos de mútuo entre a Companhia e suas subsidiárias com a finalidade de suportar a necessidade de capital de giro em suas atividades operacionais.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 30 de setembro de 2022 estão de acordo com o PRJ aprovado. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias. Estas linhas de crédito, bem como seus Ajustes a Valor Justo, espelham os termos e condições que constam nos instrumentos financeiros emitidos pela Oi. No segundo trimestre de 2021 foi celebrado um mútuo entre a Oi e a PTIF no valor de US\$ 4.150 para complementar o pagamento de um “*fee*” por esta empresa (não operacional), devido no âmbito da atualização de documentos necessários a partir da aprovação do Aditamento ao PRJ. À exceção deste, no período findo em 30 de setembro de 2022 não houve a abertura de outros contratos de mútuo entre a Companhia e suas subsidiárias.

De acordo com a Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ, no dia 23 de junho de 2022, após o fechamento da operação de alienação da UPI InfraCo, a BrT Multimídia, efetuou o pagamento da dívida extraconcursal no montante atualizado de R\$ 2.736.188 à Oi, sucessora por Incorporação da Dívida InfraCo, conforme detalhado na Nota 1. A previsão de pagamento da Dívida InfraCo era em até 90 dias da conclusão da venda do controle da UPI InfraCo, o que ocorreu no dia 9 de junho de 2022.

## Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

## Oi Futuro

Desde 2001, a Oi reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura e Educação contribuindo para a pauta ESG (*Environmental Social Governance*) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No período findo em 30 de setembro de 2022, foram realizadas contribuições ao Oi Futuro no montante de R\$ 4.226 (30/09/2021 – R\$ 10.633).

## Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>				
<b>Contas a receber</b>	<b>115.550</b>		<b>230.538</b>	
BrT Multimídia	115.550		230.538	
<b>Dividendos a receber</b>	<b>251</b>	<b>25</b>	<b>251</b>	<b>25</b>
AIX	251	25	251	25
<b>Outros</b>	<b>723.162</b>		<b>723.162</b>	
BrT Multimídia	723.162		723.162	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>				
<b>Fornecedores</b>	<b>1.099.928</b>	<b>412</b>	<b>1.099.948</b>	<b>2.994</b>
BrT Multimídia	1.099.928		1.099.948	
AIX		412		2.994
<b>Provisões</b>	<b>20.999</b>		<b>20.999</b>	
BrT Multimídia	20.999		20.999	
<b>Demais obrigações</b>	<b>4.453.976</b>		<b>4.456.068</b>	
BrT Multimídia (*)	4.453.976		4.456.068	

(\*) R\$ 3.814.475 referente a obrigação onerosa com a Globenet, incorporada pela BrT Multimídia (Notas 1 e 22) e R\$ 632.187 referente a obrigações contratuais decorrentes do fechamento da alienação da UPI InfraCo, relativamente a segregações contratuais e físicas de sistemas (Nota 22).

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>712</b>	<b>139</b>	<b>179.290</b>	<b>139</b>
BrT Multimídia	712		179.290	
Hispamar		139		139
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>1.716</b>		<b>1.716</b>	
BrT Multimídia	1.716		1.716	
<b>Receitas financeiras</b>				
BrT Multimídia				

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>3.370</b>	<b>341</b>	<b>269.240</b>	<b>342</b>
BrT Multimídia	3.370		269.240	
Hispamar		341		342
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>8.131</b>		<b>8.131</b>	
BrT Multimídia	8.131		8.131	
<b>Receitas financeiras</b>	<b>22.791</b>		<b>22.791</b>	
BrT Multimídia	22.791		22.791	

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(119.667)</b>	<b>(38.596)</b>	<b>(119.672)</b>	<b>(46.343)</b>
BrT Multimídia	(119.667)		(119.672)	
Hispamar		(38.596)		(38.596)
AIX				(7.747)
<b>Despesa financeira</b>		<b>(10)</b>		<b>(10)</b>
Hispamar		(9)		(9)
AIX		(1)		(1)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(405.579)</b>	<b>(64.330)</b>	<b>(413.513)</b>	<b>(135.110)</b>
BrT Multimídia	(405.579)		(405.588)	
Hispamar		(64.330)		(112.911)
AIX			(7.925)	(22.199)
<b>Despesa financeira</b>		<b>(16)</b>		<b>(33)</b>
Hispamar		(15)		(31)
AIX		(1)		(2)

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 30 de setembro de 2022, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 54.540 (30/09/2021 – R\$ 36.368), conforme quadro a seguir:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Remuneração do pessoal-chave da administração<sup>1</sup></b>		
Benefícios de curto prazo a administradores (i) <sup>2</sup>	15.968	10.983
Remuneração com base em ações	3.774	776
<b>Total</b>	<b>19.742</b>	<b>11.759</b>

	Período de nove meses findos	
	30/09/2022	30/09/2021
<b>Remuneração do pessoal-chave da administração<sup>1</sup></b>		
Benefícios de curto prazo a administradores (i) <sup>2</sup>	43.830	28.906
Remuneração com base em ações	10.710	7.462
<b>Total</b>	<b>54.540</b>	<b>36.368</b>

<sup>1</sup> Os valores demonstrados referem-se à controladora e ao consolidado, dado que o pessoal chave da administração está alocado na Companhia.

<sup>2</sup> Os valores demonstrados, não consideram os impactos referentes a encargos sociais conforme decisão manifestada pelo colegiado em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10) e informado no Ofício de janeiro de 2021.

(i) Ordenados, salários, honorários, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus, benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

## 27. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

As informações relativas aos ativos mantidos para venda devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>				
Alienação de UPIs (a) (*)		3.514.847		34.339.237
Alienação de ativos (b)	881.233		881.233	691.895
Alienação de Imóveis	12.283	12.864	12.283	12.864
<b>Total</b>	<b>893.516</b>	<b>3.527.711</b>	<b>893.516</b>	<b>35.043.996</b>

(\*) Em 2021, na controladora, refere-se a participação em investimentos mantidos para venda.

	CONSOLIDADO	
	30/09/2022	31/12/2021
<b>Passivos</b>		
Alienação de UPIs (a)		13.569.773

### (a) Alienação de UPIs

Os ativos e passivos relacionados à alienação das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo foram classificados como mantidos para venda, devido aos seus valores contábeis serem recuperados, principalmente por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Com as alienações das operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo, concluídas total e parcialmente em 20 de abril de 2022 e em 9 de junho de 2022, respectivamente (Nota 1), os resultados de tais alienações são apresentados como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado, conforme abaixo.

## Operações descontinuadas

Os principais componentes de receitas e despesas relacionadas ao resultado de operações descontinuadas, até a data de alienação das UPIs, líquidos das operações intragrupo, são demonstrados abaixo:

	30/09/2022	30/09/2021 Reapresentado
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>2.118.770</b>	<b>5.463.328</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais:</b>		
Interconexão	(64.101)	(180.555)
Pessoal	(183.472)	(325.021)
Serviços de terceiros	(527.992)	(880.306)
Serviço de manutenção da rede	(132.810)	(248.995)
Custo de aparelhos e outros	(4.810)	(53.665)
Publicidade e propaganda	(20.683)	(39.825)
Aluguéis e seguros	(534.799)	(896.598)
(Provisões) / Reversões	140	708
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(44.601)	(88.108)
Tributos e outras receitas (despesas)	(201.204)	(201.903)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	8.390.287	244.447
<b>Receitas (Despesas) operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>6.675.955</b>	<b>(2.669.821)</b>
Depreciação e amortização (ii)		(295.537)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>6.675.955</b>	<b>(2.965.358)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>8.794.725</b>	<b>2.497.970</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	19.588	36.923
Despesas financeiras	(568.665)	(934.566)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(549.077)</b>	<b>(897.643)</b>
<b>Lucro antes das tributações</b>	<b>8.245.648</b>	<b>1.600.327</b>
Imposto de renda e contribuição social	(473.209)	(819.387)
<b>Lucro do período</b>	<b>7.772.439</b>	<b>780.940</b>

(i) Resultado das alienações das operações das UPI Ativos Móveis e UPI InfraCo em 2022:

	30/09/2022		
	UPI Ativos Móveis	UPI Infraco (*)	Total
Preço de fechamento ajustado (Nota 1)	15.922.236	8.010.200	23.932.436
"Earn-outs" líquidos recebidos (Nota 1)	64.608		64.608
Valor retido (Nota 1)	(1.447.476)		(1.447.476)
Custo de alienação	(6.328.428)	(6.638.393)	(12.966.821)
Despesas e demais passivos assumidos relacionados com a venda dos ativos	(401.183)	(793.228)	(1.194.411)
<b>Total</b>	<b>7.809.757</b>	<b>578.579</b>	<b>8.388.336</b>

(\*) Como resultado da operação da alienação da UPI InfraCo a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 578.579 no resultado de operações descontinuadas, decorrente da venda parcial de sua participação societária na UPI Infraco, bem como reconheceu um ganho de R\$ 277.793, proveniente da remensuração a valor justo da parcela de investimento ainda mantida pela Companhia, na data da perda do controle, em junho de 2022, conforme previsto no CPC 36/IFRS 10.

(ii) A despesa de depreciação das operações descontinuadas é decorrente da classificação para Mantidos para Venda, em 1 de maio de 2021, dos ativos objetos dos contratos de IRU entre a Oi e a UPI InfraCo.

## **(b) Alienação de ativos**

Os ativos relacionados às operações de TV e “*sites*” de infraestrutura de telecomunicações de Torres são classificados como mantidos para venda, por atenderem aos critérios determinados pelo CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, principalmente devido aos seus valores contábeis serem recuperados por meio de transação de venda em vez do uso contínuo, bem como pelo fato de que a venda desses ativos se configura como uma venda altamente provável, principalmente em virtude da evolução do plano de alienação desses ativos (Nota 1).

Por não se tratarem de linhas separadas de negócios de acordo com o conceito da norma, os ativos de TV e os ativos de “*sites*” de infraestrutura de telecomunicações de Torres não são operações descontinuadas e seus resultados são reportados na operação continuada da Companhia.

### **Ativos de TV**

A Companhia tem por plano transferir a integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH (“*direct to home*”) e regular a utilização da infraestrutura de IPTV (“*internet protocol television*”) da Companhia (“Operação TVCo”), sendo a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura efetuada pelo comprador, com o compartilhamento das receitas auferidas. Além disso, considera que os equipamentos com tecnologia DTH da Companhia serão conferidos ao comprador.

O valor desses ativos, no montante de R\$ 691 milhões, está mensurado ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

### **Ativos de Torres**

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia recebeu proposta vinculante de aquisição de “*sites*” de infraestrutura de telecomunicações, na forma da aquisição da totalidade das ações de uma SPE Torres 2. Os ativos associados aos “*sites*” de Torres são classificados como mantidos para venda devido ao plano da Companhia de alienar esses ativos.

O valor desses ativos, no montante de R\$ 190 milhões, está mensurado ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

## **28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **(a) Alienação da UPI Ativos Móveis**

A partir de 5 de outubro de 2022 as Partes iniciaram reuniões com vistas a alcançar uma solução amigável a respeito das Perdas notificadas pelas Compradoras por meio da Notificação de Indenização de 17 de setembro de 2022, contestadas integralmente pela Companhia, conforme notificação enviada no dia 30 de setembro de 2022.

A requerimento da Companhia, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido cautelar requerido pela Oi, determinando a intimação das Compradoras para o depósito do valor de R\$ 1.527.801, sendo R\$ 515.565 pela Telefônica, R\$ 342.705 pela Claro e R\$ 669.530 pela Tim, em conta vinculada ao processo de recuperação judicial (“Decisão Cautelar”).



O Juízo da Recuperação Judicial também determinou a imediata instauração de procedimento de mediação, com vista à tentativa de composição amigável do litígio entre a Oi e as Compradoras, o que foi rejeitado pelas Compradoras por meio de petição apresentada em 20 de outubro de 2022.

Em 4 de outubro de 2022 as Compradoras apresentaram pedido de Suspensão de Liminar ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (“TJRJ”), o qual não foi conhecido pelo Presidente em exercício do TJRJ, conforme decisão exarada em 5 de outubro de 2022. Em 5 de outubro de 2022 as Compradoras interpuseram agravos de instrumento com pedido de atribuição de efeito suspensivo contra a Decisão Cautelar. Em 13 de outubro de 2022 a Desembargadora responsável da 8ª Câmara Cível do TJRJ negou a concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos pelas Compradoras. Em 17 de outubro de 2022 as Compradoras ingressaram com novo pedido de Suspensão de liminar, desta vez no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), novamente não conhecido, desta vez pelo Ministro Presidente do STJ, em 19 de outubro de 2022.

Esgotados os recursos descritos acima, em 19 de outubro de 2022 a Tim depositou em juízo o montante de R\$ 669.530, em 20 de outubro de 2022 a Telefônica depositou em juízo o montante de R\$ 515.565 e em 25 de outubro de 2022 a Claro depositou em juízo o montante de R\$ 342.705, todos referentes ao Valor Retido.

Nada obstante o prazo e procedimentos previsto em Contrato para que as Partes tentassem alcançar, de boa-fé, um acordo quanto ao tratamento a ser dado em relação ao ajuste pós-Fechamento e à Perda notificada (vide Nota 1- “Alienação da UPI Ativos Móveis”), em 3 de outubro de 2022, as Compradoras apresentaram requerimento de instauração de procedimento de arbitragem em face da Oi, na Câmara de Arbitragem do Mercado, sob alegação de suposto descumprimento contratual por parte da Companhia no que se refere aos procedimentos de ajuste de preço previstos no Contrato UPI Ativos Móveis. Em 20 de outubro de 2022 a Companhia apresentou Resposta ao Requerimento de Instauração de Arbitragem, aceitando a instauração da mesma e apresentando seus pedidos contrapostos. Atualmente as partes seguem implementando os procedimentos preliminares para a instauração da arbitragem.

Em 28 de outubro de 2022 a Companhia notificou a Tim e a Vivo que sua obrigação de liberação dos espectros de frequência em 95% dos municípios e em 100% dos municípios com mais de 100 mil habitantes foi concluída tempestivamente, fazendo a Companhia jus ao recebimento do valor contingente adicional líquido (“*earn-out*”) no valor de R\$ 52.500 de cada uma destas Compradoras.

A Companhia encaminhou às Compradoras, em 31 de outubro de 2022, notificação, acompanhada de relatório resumido preparado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, refutando a alegação da Notificação das Compradoras de que não teria havido consolidação do Preço de Fechamento e reiterando que as Compradoras falharam em apresentar Notificação de Ajuste Pós-Fechamento nos termos exigidos pelo Contrato e reafirmando que o Valor Retido é devido pelas Compradoras, bem como que discorda integralmente dos valores pretendidos pelas Compradoras a título de Ajustes de Preço negativos e cada um dos itens que compõe o pretenso Ajuste de Preço negativo.

Em 30 de setembro de 2022, não houve impactos contábeis em razão do estágio preliminar em que se encontravam as disputas entre as Partes.

**(b) Alienação Parcial UPI InfraCo - Celebração de Acordo de Investimento e Outras Avenças**

Em 14 de outubro de 2022, nos termos previstos no Acordo de Investimento da Operação UPI InfraCo e no Termo de Fechamento, a Companhia recebeu da BrT Multimídia relatório com a apuração do Valor Final – Parcela Não Apurada do Ajuste *Lock-Box*, bem como a respectiva memória de cálculo (“Notificação do Ajuste *Lock-Box*”).

Conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, o Valor Final do Ajuste *Lock-Box* totalizou R\$ 1,4 bilhão para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 9 de junho de 2022, não apresentando, dessa forma, variações materiais em relação ao estimado pelas partes na Data de Fechamento da Operação UPI InfraCo e já aportado pela Companhia na BrT Multimídia.

A esse respeito, cabe ressaltar que a posição de caixa da Companhia divulgada ao mercado no âmbito da apresentação de suas Informações Trimestrais relativas ao 2º trimestre de 2022 já refletia, em sua maior parte, o Ajuste *Lock-Box*, de modo que o aporte da diferença entre o valor estimado e o valor apurado não terá impactos materiais futuros no caixa da Companhia em relação aos valores já divulgados.

De acordo com os documentos da Operação UPI InfraCo, caso haja necessidade, a Companhia poderá ainda revisar as informações e demonstrativos de cálculo apresentados pela BrT Multimídia na Notificação do Ajuste *Lock-Box* nos próximos 90 dias contados da data de recebimento da notificação sobre o tema e, neste mesmo prazo, informar à BrT Multimídia se concorda ou não com o ajuste proposto.

**(c) Contratação de Assessor Financeiro**

Em 27 de outubro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando, aos seus acionistas e ao mercado em geral, que contratou a Moelis & Company para auxiliá-la em tratativas com seus credores visando otimizar o seu perfil de endividamento, em observância ao seu Planejamento Estratégico e ao PRJ, conforme alterado pelo Aditamento ao PRJ.

As tratativas a serem empreendidas pela Oi estão em consonância com a proposta apresentada e aprovada pelos credores da Companhia em Assembleia Geral de Credores realizada em 8 de setembro de 2020 e visam garantir o seu compromisso em continuar a implementação de seu plano estratégico de crescimento no mercado brasileiro através do provimento de serviços de banda larga de alta velocidade, soluções corporativas e de TI e geração de novas receitas, além da busca contínua por eficiência em custos.